

HT-215



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

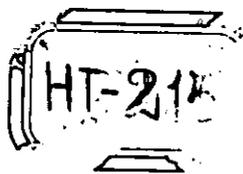
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**A AGRO-INDÚSTRIA DO CHÁ NA ALTA-ZAMBÉZIA  
NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA (1975-1987)**

“Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane”

Renato Duarte



Maputo, Outubro de 2006

## CURRICULUM VITAE

### 1. DADOS BIOGRÁFICOS

Apelido: .....DUARTE

Nome: .....RENATO

Data de nascimento: .....14 Agosto de 1965

Nacionalidade: ..... Moçambicana

Naturalidade: .....Macuse-Namacurra-Zambézia

B.I. N°. ..... 110565323E de 17.06.2004 - Arq. Ident. Civil de Maputo

Filho de: ..... Duarte Camacho e de Luísa Victorino

### 2. FORMAÇÃO ACADÉMICA

1974 - 1978 - Ensino Primário: Escola Primária de Mutawanha na Cidade de Nampula

1979 - 1984 - Ensino Básico: Escola Secundária de Nampula

1985 - 1987 - Ensino Médio Militar: Escola Militar de Nampula

### 3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Desde 1987 como Oficial desempenhou diversas funções no seio das Forças Armadas

Trabalhou como tradutor e transcritor de fontes orais no Arquivo de Moçambique de 2001/2004

Professor de História (8ª a 10ª) na Escola Privada Estrela da Manhã

4. DOMÍNIO DE LÍNGUAS

LÍNGUA	LEITURA	FALA	ESCRITA
Português	Boa	Fluentemente	Boa
Chuwabo	Razuável	Fluentemente	Razoável
Macua	Razuável	Fluentemente	Razoável
Inglês	Noções	Noções	Noções

5. CONTACTOS

**Residência:** Bairro do Alto-Maé, Rua Carlos Silva casa nº23, 2º Andar. Cel. 822745940

**Serviço:** Quartel General, Departamento de Pessoal (Bairro do Alto-Maé, Av.24 de Julho)

Maputo, Outubro de 2006

**A AGRO-INDUSTRIA DO CHA NA ALTA-ZAMBÉZIA  
NO PERIODO POS-INDEPENDENCIA (1975-1987)**

“Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a  
obtenção do grau de licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane”

Renato Duarte

DEPARTAMENTO DE HISTORIA  
FACULDADE DE LETRAS E CIENCIAS SOCIAIS  
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Supervisor:

Professor Doutor Gerard Liesegang

Maputo, Outubro de 2006

UERI - FLCS. R. E. 31895 DATA 31.10.2006 AQUISIÇÃO <i>esenta</i> COTA HT-245
--

O Presidente <i>Fussif Adam</i>	O Supervisor <i>Gerard Liesegang</i>	O Oponente <i>Jos. H. ...</i>	Data 27/ 10/2006
------------------------------------	---	----------------------------------	---------------------

## DECLARAÇÃO

Eu, Renato Duarte, declaro por minha honra que este trabalho nunca foi apresentado, parcial ou integralmente, para a obtenção de qualquer grau académico, constituindo, por isso, o resultado de investigação, por mim, realizada, na base das fontes apresentadas e orientações do meu supervisor.

Maputo, aos      de Outubro de 2006

---

Renato Duarte

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Duarte Camacho e Luísa Victorino. Dedico também aos meus sogros Nataniel N.Guambe e Deolinda Tsamuel, à minha tia Sifa Camacho e ao meu tio Rosário Victorino, aos meus irmãos Abrão, Noelma, Ermínia, Gracinda, Camacho, Lúdia e José e à memória do meu falecido irmão Zacarias; à minha esposa Sandra Deolinda Guambe e aos meus filhos Joaquim, Geovanne e Renato Júnior e a todos os meus cunhados e sobrinhos.

## AGRADECIMENTOS

Os meus sinceros agradecimentos

Ao meu supervisor Professor Doutor Gerhard Liesegang.

Os agradecimentos vão também ao Prof. Doutor David Hedges, dr. Carlos Mucamisa, dr. Duarte Himua e dr. Caliche que muito contribuíram para a realização do presente trabalho e a todos os funcionários do Arquivo Histórico de Moçambique.

De um modo especial agradeço ao Doutor Manso que dum forma carinhosa contribuiu para o prosseguimento do meu curso que hoje termina.

## RESUMO

Com o presente trabalho, **A Agro-indústria do chá na Alta-Zambézia no período pós-independência (1975-1987)**, pretendemos dar a nossa contribuição para uma compreensão da história da produção do chá na Alta-Zambézia. Embora quase o período seja relativamente curto (cerca de 12 anos), o tema ganha importância pelo facto de esta cultura ter tido expressão bastante profunda na vida desta região sobretudo nos distritos de Milange, Gurué, Namarrói, Lugela, Ile e Alto-Molocué. Ao longo dos três capítulos que constituem este trabalho tentamos demonstrar o nível de influência da cultura do chá na região; a razão porque os planificadores centrais atribuíram à Emochá E.E. o papel de dinamizador do desenvolvimento socialista na região, numa economia essencialmente agrícola. Tendo constituído indústria predominante e maior empregadora da mão de obra nos moldes coloniais a partir dos anos 40, que mudanças reais se operaram no período em análise, e como essas mudanças foram vividas ao nível da comunidade. Algumas respostas foram encontradas ao longo do trabalho, começando pelo processo de recrutamento de mão de obra que deixou de ser obrigatório por 6 meses, passando a ser de carácter voluntário. Teve como agentes os Grupos Dinamizadores, os quais obedeciam a metas pré-definidas por cada região, para não prejudicarem outros objectivos socialistas. No processo de recrutamento foram encarando dificuldades, começando pelo transporte dos trabalhadores (das regiões de origem e vice-versa), as condições de trabalho nas plantações até aos salários ora considerados baixos e frequentemente atrasados. A essas dificuldades adiciona-se a queda do comércio na região. Se bem que a estabilização da mão de obra na região de implantação directa do chá tivesse sido reclamada desde o período colonial, foi um grande problema para a Emochá conseguir força de trabalho suficiente para o período de colheita da folha verde, que coincide com a lavoura e sementeira na agricultura camponesa.

Ao nível da Empresa verificava-se a incapacidade das fábricas processarem a folha verde disponível, fazer a embalagem do chá, evacuá-lo para os portos e até a própria exportação.

Este conjunto de factores determinaram o desenvolvimento do chá ao longo do período em análise. Julgamos nós, que esses problemas teriam sido contornáveis a curto ou médio prazo, não fosse a guerra que duma forma ou de outra veio pôr abaixo a produção do chá.

**A AGRO-INDÚSTRIA DO CHÁ NA ALTA-ZAMBÉZIA  
NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA (1975-1987)**

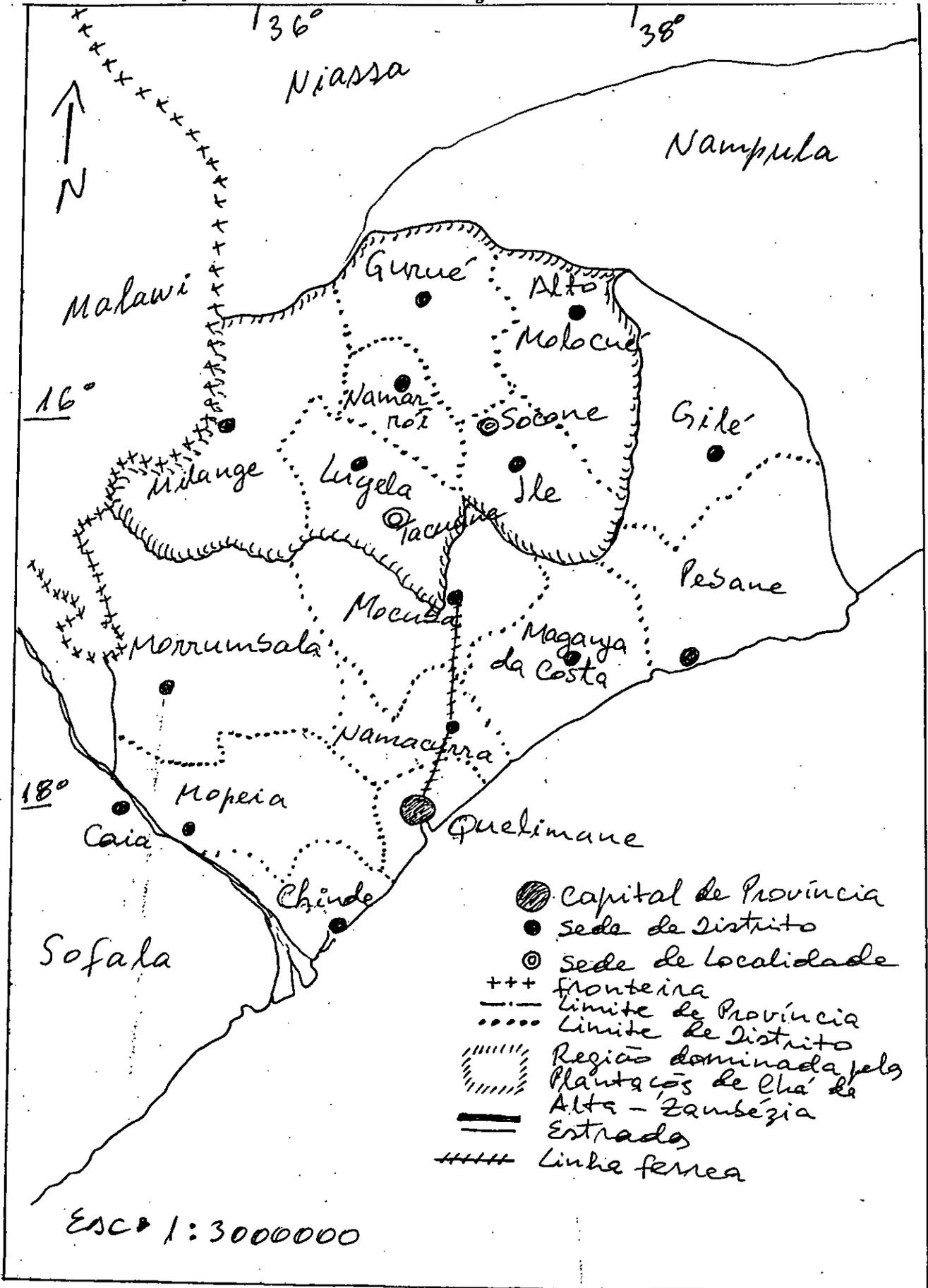
**ÍNDICE**

Declaração	iii
Dedicatória	iv
Agradecimentos	v
Lista de Mapas, Quadros e Gráficos	vi
Resumo	vii
<b>I. INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
1. Definição do tema e balizas cronológicas	2
2. Objectivos	3
3. Localização geográfica e revisão da literatura	4
4. Problematização e hipóteses	10
5. Metodologia e o plano de pesquisa	12
6. Estrutura	12
<b>II. A PRODUÇÃO DO CHÁ NA ALTA-ZAMBÉZIA</b>	
1. Introdução	14
2. Orígenes e a introdução do chá na Zambézia	14
3. A produção do chá no período colonial	15
4. O advento da independência	20
5. As novas políticas de desenvolvimento	21
6. A intervenção e nacionalização da indústria do Chá	22
7. O papel da Emochá	24
8. A produção do chá de 1978 a 1982	26
9. O impacto da guerra de 1982 a 1987	29
10. Resumo	31
<b>III. O IMPACTO SOCIAL DO CHÁ</b>	
1. Introdução	32
2. A família e redes sociais	32
3. A economia pré-colonial e doméstica	36
4. O recrutamento da mão-de-obra no período colonial	37
5. O contributo da Emochá na comunidade	41
6. O afluxo da mão-de-obra às plantações no período pós-independência	42
<b>V. CONCLUSÃO</b>	<b>48</b>
<b>VI. BIBLIOGRAFIA</b>	<b>51</b>
Mapas, Quadros e Gráficos	

## LISTA DE MAPAS, QUADROS E GRÁFICOS

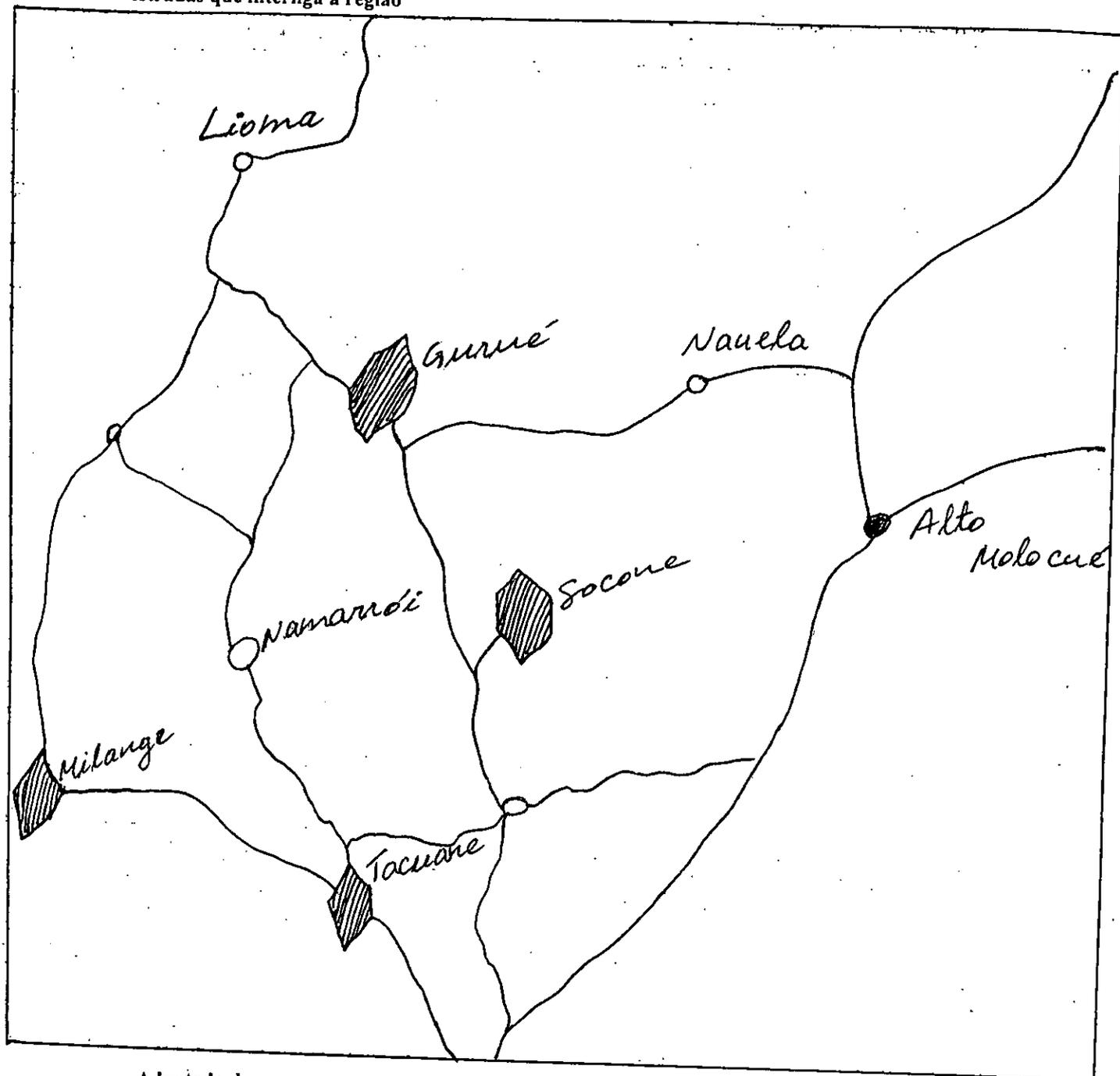
1. **Mapa nº1:**A zona do Chá na economia regional da Alta- Zambézia
2. **Mapa nº2:**A zonas de implantação directa do Chá (Gurué, Socone, Tacuane e Milange) e rede de estradas que interliga a região.
3. **Mapas nº3:**Os fluxos de força de trabalho para as plantações de Gurué, Socone, Tacuane e Milange.
4. **Quadro I:** Principais culturas de exportação de Moçambique, 1945-1960 Volume (toneladas, média anual)
5. **Quadro II:** Principais culturas de exportação de Moçambique, 1945-1960 Valores (contos, média anual)
6. **Quadro III:** Áreas, volumes e mão-de-obra entre as regiões (distritos) produtores do chá até 1965
7. **Gráfico A:** Volumes das principais exportações agrícolas; Anos seleccionados, 1975-1988 (Toneladas)
8. **Gráfico B:** Valores (em contos) de exportações; Anos seleccionados, 1975-1988
9. **Quadro IV:** Quadro de volumes de produção da folha verde; chá processado, chá exportado; consumo interno
10. **Gráfico C:** Volume de produção de chá processado, 1975-1988 (em toneladas)

Mapa 1: A zona do Chá na economia regional da Alta-Zambézia



Adaptado de: CEAUEM, As plantações de chá na economia camponesa: informação básica para o plano director na zona do Gurue-Socone: Relatório "A", p.3

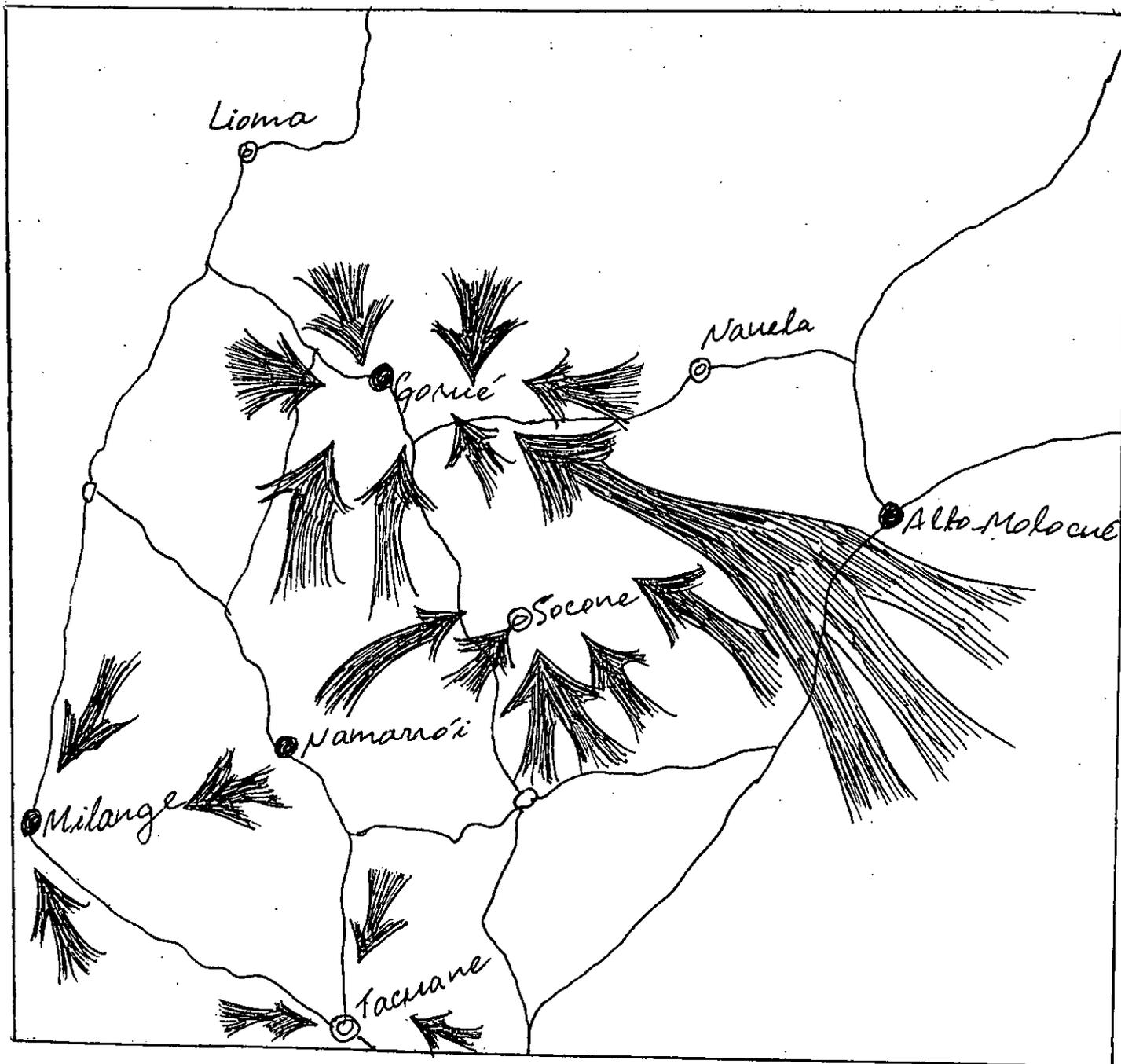
Mapa 2: A zona de implantação directa do chá (Gurué, Socone, Tacuane e Milange) e a rede de estradas que interliga a região



Adaptado de:

- CEA/UEM, As plantações de chá na economia camponesa: informação básica para o plano director na zona do Gurué-Socone: Relatório "A", p.11
- Ramos, Maria Rodrigo da Fonseca, Alguns aspectos sócio-económicas da cultura do chá em Moçambique, Dissertação para a obtenção de grau de Licenciatura, apresentada ao abrigo do artigo 65º do decreto nº43957 de 9-10-1961 – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas do Ultramarina, 1965 p.G2-A

Mapa 3: Os fluxos da força de trabalho para as plantações de Gurué, Socone, Tacuane e Milange



Adaptado de:

- CEA/UEM, As plantações de chá na economia camponesa: informação básica para o plano director na zona do Gurué-Socone: Relatório "A", p.17
- Ramos, Maria Rodrigo da Fonseca, Alguns aspectos sócio-económicas da cultura do chá em Moçambique, Dissertação para a obtenção de grau de Licenciatura, apresentada ao abrigo do artigo 65º do decreto nº43957 de 9-10-1961 - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas do Ultramarina, 1965 p.G2-A

## I. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende analisar a produção agro-industrial do chá no período pós-independência na Alta-Zambézia. O chá em Moçambique é produzido desde 1914, no actual distrito de Milange, tendo mais tarde, na década 1930-1940, se expandido para outras regiões da Alta-Zambézia, nomeadamente, Gurué, Lugela e Ile. Mas, pelas condições naturais do distrito de Gurue, esta cultura desenvolveu-se com maior relevância tendo, em tão pouco tempo, ultrapassando os outros distritos, quer em áreas de cultivo e emprego de mão-de-obra quer em volumes de produção e produtividade.

A rápida expansão da cultura pela região da Alta-Zambézia, permitiu, cada vez mais, o aumento dos volumes de produção, tendo subido de 117 toneladas em 1934 para 450 em 1937<sup>1</sup>, passando, na década 40/50, o chá a figurar nas 6 principais culturas de exportação de Moçambique atrás do algodão, castanha de caju, açúcar, sisal e copra. O aumento de volumes de produção foi resultado do aumento de áreas plantadas, de 2.800 hectares antes da Segunda Guerra Mundial para 8.000 hectares, em 1940/50<sup>2</sup>, originando assim, o aumento do número da mão-de-obra camponesa que cumpria 6 meses de contrato obrigatório. Até finais do período colonial, o chá era cultivado em 15.000 hectares, por 60.000 trabalhadores, produzindo cerca de 18.000 toneladas e rendendo à Moçambique centenas de milhares de contos.<sup>3</sup>

Após a independência, devido ao abandono das Plantações pelos seus donos, colonos portugueses, o Estado intervencionou-as e agrupou-as, em 1978, numa única empresa estatal, a Emochá E.E., com o objectivo de dar seguimento a produção do chá, tendo em conta a sua importância sócio-económica. Esta agro-indústria que, por sinal, era a maior

<sup>1</sup> Hedges, David e Rocha, Aurélio, O reforço do colonialismo, 1930-1937. In: Hedges, D. (Coord.). *História de Moçambique: Moçambique no Auge do colonialismo, 1930-1961*, Vol.2. Livraria Universitária, Maputo, 1999, p.38

<sup>2</sup> *Diagnóstico do potencial de reestruturação da Emochá: Minuta do relatório final, Vol.1*. Relatório Principal. Maputo, Janeiro de 1995, p.3

<sup>3</sup> *Boletim da República*, I Série-Número 102, de 3 de Setembro de 1977, p.471/472; e *Boletim da República*, I Série-Número 55, de 9 de Maio de 1978, p.209

na Alta-Zambézia, para além de arrecadar divisas para o país, empregava numerosa mão-de-obra em toda a região influenciada pela economia do chá, nomeadamente nos distritos de Gurué, Milange, Ile, Lugela, Namarrói, Alto-Molocué e Gilé.<sup>4</sup>

### **1.1. Definição do tema e balizas cronológicas**

A actividade agro-industrial do chá constituiu, a partir da década 40, o principal impulso do desenvolvimento da economia da Alta-Zambézia e era, também, a maior fonte de emprego de mão-de-obra na região.<sup>5</sup> Esta actividade compreende três momentos importantes: o primeiro momento é constituído por todo um processo agrícola que culmina com a colheita da folha verde, ainda tenra e que permite a produção do chá de maior qualidade, geralmente, na época chuvosa que vai de Outubro a Março. O segundo momento é o processo da industrialização na fábrica que transforma a folha verde em chá, pronto para o consumo. O terceiro momento é mais ligado à administração que inclui o transporte e a venda do produto. Entre os três momentos, o primeiro é o que absorve maior número de força de trabalho. Entretanto, coincide com o período em que os camponeses precisam de se envolverem nas suas próprias machambas, havendo neste caso, conflito no seu seio, entre ir às plantações ou ficar a tratar das suas machambas. Dai o nosso interesse de saber o grau de envolvimento desses camponeses na agro-indústria do chá no período em estudo.

Após a independência, a agro-indústria do chá como tantos outros empreendimentos, foi parcialmente abandonada pelos seus donos, situação que levou que o Estado tomasse conta das unidades abandonadas para dar seguimento a sua actividade. No caso da indústria do chá, foi criada a EMOCHA E.E. (Dec.n.º10/78 de 9 de Maio de 1978)<sup>6</sup> que deu seguimento esta indústria e não só como também foi atribuída a missão de

---

<sup>4</sup> *Boletim da República*, I Série-Número 117, de 7 de Outubro de 1976, p.485/486;  
- *Boletim da República*, I Série-Número 102, de 3 de Setembro de 1977, p.471/472;  
- *Boletim da República*, I Série-Número 55, de 9 de Maio de 1978, p.209

<sup>5</sup> Ramos, Maria Rodrigo da Fonseca, *Alguns aspectos sócio-económicos da cultura do chá em Moçambique*. Dissertação Licenciatura – Instituto Superior de Ciências e Política Ultramarina, Lisboa, 1965, p.13, 44 e 45

<sup>6</sup> *Boletim da República*, I Série-Número 55, de 9 de Maio de 1978, p.209

instrumento de vanguarda para o desenvolvimento de programas económicos e sociais de Moçambique socialista na Alta-Zambézia.<sup>7</sup> Portanto, interessa aqui percebermos até que ponto a Emocha respondeu este último propósito – instrumento de vanguarda na região.

No entanto, a Emochá E.E. desde 1978, ano da sua criação, até 1987 ano em que termina o nosso estudo conheceu duas fases distintas: a primeira caracterizada pelo aumento de produção que vai até 1982 quando foi atingido a mais alta cifra na história do chá em Moçambique com 22.3 toneladas de chá processado e a segunda que vai de 1983 a 1987, caracterizada por uma produção decrescente em que o ano de 1987 regista os piores índices de produção com 348,942 quilogramas<sup>8</sup>. Assim, interessa-nos perceber que factores determinaram o nível de produção em cada fase.

## I.2. Objectivos

Analisar a produção da indústria do chá conduzida pela Emochá a partir de 1978 até 1987 nos seguintes aspectos:

- grau de envolvimento da força de trabalho nas plantações após terminado o recrutamento forçado;
- o envolvimento da Emochá na vida económica e social da região da Alta-Zambézia;
- os factores que determinaram o desenvolvimento da agro-indústria do chá no período em estudo.

<sup>7</sup> CEA/UEM, *Plantações de Chá e a economia camponesa: informação básica para o plano director da zona Gurue-Socone Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "A", 1982*, Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982

<sup>8</sup> *Balanço das Actividades de 1988 e Janeiro a Maio de 1989*, Empresa Moçambicana de Chá E.E.; Maputo, aos 24 de Agosto de 1989

### I.3. Localização geográfica e revisão da literatura

A Alta-Zambézia é composta pelos distritos de Gilé, Alto-Molocué, Namarrói, Gurué, Lugela, Ile e Milange, (vide mapa 1). A economia da maioria destes distritos é influenciada pelo sistema da agro-indústria do chá dos distritos do Gurué, Milange, Lugela (posto administrativo de Tacuane) e Ile, (posto administrativo de Socone). Destacam-se os distrito de Gurué, como maior produtor do chá e de Namarrói, como maior fornecedor da força de trabalho migratória às plantações do chá, (vide mapa 3).

A região do chá goza de um clima tropical húmido (74% de humidade), com uma precipitação média anual de 1987.3 mm, o que significa chuvas abundantes e uma temperatura que varia de 15.7 °c a 28.0°c<sup>9</sup>, portanto, um clima propício para a cultura do chá, como aliás caracteriza Ramos,

“as regiões de elevada altura pulviométrica são muito convenientes à cultura quando a chuva for bem distribuída ao longo do ano, (...) e a temperatura média anual não exceder os 25°c-26°c, nem ser inferior a 14°c”.<sup>10</sup>

Segundo o censo populacional de 1940, a região era habitado por cerca de 350.209 habitantes assim distribuídos: Alto-Molocué, que incluía o actual distrito de Gilé 93.994, Gurué 35.613, Namarrói 56.453, Lugela 57.864, Ile 75.754 e Milange 38.531<sup>11</sup>, dos quais cerca de 12.175 trabalhava no chá. Dados demográficos actuais indicam que a região, sem incluir os distritos de Namarrói, Alto-Molocué e Gilé, é habitada por cerca de 969.623 habitantes assim distribuído: Gurué 193.925, Lugela 143.283, Ile 311.642 e Milange 320.773, dos quais cerca de 32.500 equivalente a 17% da população adulta activa trabalha no chá.<sup>12</sup>

<sup>9</sup> Departamento de Observação/INAM, Dados de 1941/70, folha 138

<sup>10</sup> Ramos, Maria Rodrigo da Fonseca, *Alguns aspectos sócio-económicos da cultura do chá em Moçambique*, Dissertação Licenciatura – Instituto Superior de Ciências e Política Ultramarina, Lisboa, 1965, p.3

<sup>11</sup> Alberto, Manuel Simões, *Os Negros de Moçambique: censo etnográfico*, Lourenço Marques, 1947, p.154

<sup>12</sup> *Diagnóstico do potencial de reestruturação da Emochá: Minuta do relatório final, Vol.1*, Relatório Principal, Maputo, Janeiro de 1995, p.12

Uma rede de estradas regionais que foi construída tendo em vista a satisfação das necessidades do sistema de plantações do chá na região da Alta-Zambézia, começando pelo escoamento da produção, recrutamento da mão-de-obra, até a compra da produção camponesa para o abastecimento dos trabalhadores das plantações do chá interliga os distritos ora referenciados.

Uma vasta literatura aborda o chá na região da Alta-Zambézia, onde desde o período colonial se desenvolveu esta cultura. Destaca-se a tese de licenciatura de Ramos (1965), que para além de caracterizar as condições climáticas para o desenvolvimento da cultura do chá, apresenta desde as suas origens, na China, até à entrada em Moçambique por volta de 1914 e o processo da sua evolução até atingir o nível de terceiro maior produtor africano e décimo primeiro no Mundo por volta dos anos de 60/65. Este autor atribui ao chá o papel de grande impulsionador do desenvolvimento económico e social da região em estudo. Enquanto isto, Cross (1994) analisa o desenvolvimento da cultura do chá numa perspectiva de exploração de mão-de-obra barata em que o recrutamento dessa mão de obra, se enquadra na legislação laboral do Estado Novo de 1928, o Regulamento de Trabalho Indígena (RTI) que forçava os africanos (indígenas) a 6 meses de trabalho por ano e o pagamento de impostos, caso contrário eram punidos por trabalho correcional. Deste modo, o autor considera ter sido a produção do chá o principal factor da erosão social na região, pois com o salário pago não permitia uma melhoria de condições de vida, que pudesse marcar uma diferenciação social entre os camponeses que trabalhavam e os que não trabalhavam no chá. Tal legislação foi reforçada em 1942 através da Circular 818/D7 de 7 de Outubro de 1942 que passou a obrigar ao africano indígena não só ao contrato de 6 meses e ao pagamento de impostos como também passou a obrigar a produzir produtos alimentares ou colheitas destinados à exportação e a apresentar-se numa forma decente em certas ocasiões, criando deste modo ao camponês a necessidade de procurar emprego para satisfazer tais necessidades.<sup>13</sup> Mas, a partir de 1962, quando se abole o Estatuto Indígena, entra o Grémio dos Plantadores do Chá de Quelimane, que nomeava para cada localidade administrativa um representante residente, assessorado por

---

<sup>13</sup> Cross, Michel, O capitalismo colonial e a força de trabalho: a economia política nas plantações de chá no Norte de Moçambique, 1930-1975. In: *Revista Internacional de Estudos Africanos* 16/17, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, 1994, p.137

recrutadores locais e pelos régulos que recebiam gratificação pelo trabalho<sup>14</sup>, conforme o número de trabalhadores conseguidos, e estes utilizavam incentivos como mantas, calças, camisas, chávenas, talheres, peixe, cigarros, etc. para aliciar os trabalhadores.<sup>15</sup>

Hedges (1999), para além de fornecer dados sobre a crise de mão-de obra na região da Alta Zambézia por volta dos anos de 1940, revela também o posicionamento do chá na economia de Moçambique no período de 1928-1937, que fazia parte das 8 principais exportações, uma evolução que continuou até 1945 quando o chá passou a posicionar-se no sexto lugar das mais importantes exportações de Moçambique.<sup>16</sup>

No que respeita ao desenvolvimento económico e social, Ramos (1965) diz que o chá criou prosperidade social nas populações sob influência do sistema de produção de chá, pois que para além do emprego, a região ficou dotada de infraestruturas de comunicação, de comércio entre outras. Enquanto isto, Cross (1994) minimiza esse desenvolvimento social entre as populações visto que o salário auferido no emprego do chá não compensava o tempo perdido nas plantações em detrimento da produção familiar, levando cada vez mais à erosão social, o que obrigou aos africanos a recorrer em estratégias de sobrevivência, através de formas de cooperação e ao trabalho assalariado ocasional, numa tentativa de equilibrar as suas economias familiares.

---

<sup>14</sup> As gratificações eram compostas por dinheiro, mantas, vinho e bacalhau

<sup>15</sup> Cross, Michel, O capitalismo colonial e a força de trabalho: a economia política nas plantações de chá no Norte de Moçambique, 1930-1975. In: *Revista Internacional de Estudos Africanos* 16/17. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, 1994, p.137; CEA/UEM, *Plantações de Chá e a economia camponesa: informação básica para o plano director da zona Gurue-Socone Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "A"*, 1982, Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982

<sup>16</sup> Hedges, David e Rocha, Aurélio, O reforço do colonialismo, 1930-1937. In: Hedges, D. (Coord.). *História de Moçambique: Moçambique no Auge do colonialismo, 1930-1961*, Vol.2, Livraria Universitária, Maputo, 1999, p.38;

Hedges, David e Rocha, Aurélio, Moçambique durante o apogeu do colonialismo português, 1945-1961: A economia e a estrutura social. In: Hedges, D. (Coord.). *História de Moçambique: Moçambique no Auge do colonialismo, 1930-1961*, Vol.2, Livraria Universitária, Maputo, 1999, p.146 e 147

Sobre a organização social das famílias na região há uma abordagem em comum entre Cross (1994) e CEA (1982)<sup>17</sup> segundo a qual a unidade básica da economia estava centrada na família, que compreendia o marido, a mulher ou as mulheres e os filhos. As mulheres casadas e os maridos continuavam temporariamente ligados aos pais da mulher através de laços sociais e materiais, como o cultivo em comum de uma machamba e que com o tempo a nova família ia ganhando autonomia do seu rendimento agrícola e salarial. Neste agrupamento de vizinhança composto geralmente por pessoas da mesma família<sup>18</sup> praticavam cooperação e entre-ajuda através de trabalho rotativo na machamba de cada um. Porém, Cross (1994)<sup>19</sup> afirma que as mulheres desempenhavam um papel proeminente na vida económica da família, pois controlavam o orçamento familiar e parte dos salários do marido e tinham o direito de herdar as propriedades deixadas pelos pais. Segundo o CEA (1982)<sup>20</sup>, a maior parte das operações agrícolas são feitas conjuntamente pelo homem e pela mulher, mas existe uma divisão sexual de trabalho, sendo o derrube de novos terrenos feito por homens enquanto as mulheres têm a exclusividade de fazer a colheita e trabalhos domésticos.

Ainda no capítulo de organização social das famílias, Negrão (2001) ajuda a compreender o conceito de família rural africana definindo-a como sendo,

"a mais pequena unidade de produção, consumo e distribuição das sociedades rurais africanas".<sup>21</sup>

As famílias da região em estudo têm como base da sua economia a agricultura de diferentes culturas alimentares destinadas ao seu consumo, como a mandioca, a mapira, o

<sup>17</sup> Cross, Michel, O capitalismo colonial e a força de trabalho: a economia plóitica nas plantaões de chá no Norte de Moçambique, 1930-1975. In: *Revista Internacional de Estudos Africanos 16/17*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, 1994, p.148;

- CEA/UEM, *Plantaões de Chá e a economia camponesa: informação básica para o plano director da zona Gurue-Socone Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "A"*, 1982. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982, p.25

<sup>18</sup> Pessoas da mesma família inclui velhos, filhas casadas com os respectivos genros e os filhos menores

<sup>19</sup> Cross, Michel, O capitalismo colonial e a força de trabalho: a economia plóitica nas plantaões de chá no Norte de Moçambique, 1930-1975. In: *Revista Internacional de Estudos Africanos 16/17*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, 1994, p.148

<sup>20</sup> CEA/UEM, *Plantaões de Chá e a economia camponesa: informação básica para o plano director da zona Gurue-Socone Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "A"*, 1982. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982, p.25

<sup>21</sup> Negrão, José, *Cem anos de economia da família rural africana*. PROMÉDIA, Maputo, 2001, p.268

milho, diferentes espécies de leguminosas, com vários tipos de "feijão" (nhemba, buere, e jugo). Outras culturas que variam de zona para zona dentro da região são o arroz (de água e de sequeiro), tubérculos (batata, batata-doce, makutxe, inhame), amendoim, gergelim, e várias hortícolas. Duma forma variável, os camponeses comercializam os excedentes destes produtos. Em certas zonas, o milho e o feijão manteiga são produzidos essencialmente para o comércio, assim como o algodão e castanha de cajú.<sup>22</sup>

Todas as famílias operárias das regiões de implantação directa do chá, excepto as mais proletarizadas, produziam em 1981 culturas alimentares para o seu auto-sustento. Embora auto-suficientes em comida básica, as famílias dependiam de rendimentos financeiros do mercado para a aquisição de instrumentos de produção, utensílios domésticos, panos e vestuários, sabão e comida adicional (sal, açúcar, óleo, peixe seco) e outras mercadorias como mantas, bicicletas, rádios, material de construção, etc.<sup>23</sup>

Para a obtenção de dinheiro na região, para além de trabalho no chá, as famílias camponesas vendiam os seus excedentes da produção agrícola alimentar, produtos de rendimento, e bebidas alcoólicas produzidas por eles. Havia também rendimentos da prestação de serviços, do fabrico de blocos, construção de casas e alfaiataria.<sup>24</sup>

Quer Cross (1994) quer Ramos (1965) assim como o CEA (1982)<sup>25</sup> estão unânimes em afirmar que infra-estruturas várias, incluindo sistemas de comunicação, a rede comercial, pequenas indústrias, agricultura privada para a produção alimentar, emergiam devido à cultura do chá na região. Estas infraestruturas na sua maior parte foram desenvolvidas

<sup>22</sup> CEA/UEM, *Plantações de Chá e a economia camponesa: informação básica para o plano director da zona Gurue-Socone Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "A", 1982*, Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982, p.27

<sup>23</sup> CEA/UEM, *Plantações de Chá e a economia camponesa: informação básica para o plano director da zona Gurue-Socone Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "A", 1982*, Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982, p.27

<sup>24</sup> CEA/UEM, *Plantações de Chá e a economia camponesa: informação básica para o plano director da zona Gurue-Socone Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "A", 1982*, Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982I, p.27

<sup>25</sup> CEA/UEM, *Plantações de Chá e a economia camponesa: informação básica para o plano director da zona Gurue-Socone Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "A", 1982*, Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982;

CEA/UEM, *O papel dinamizador da Emochá na transformação socialista da Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "B", 1982*, Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982

para atender a grande evolução da produção de chá na região, para a compra de produtos alimentares, para os trabalhadores dos campos de produção de chá, para o escoamento da própria produção, para o transporte de trabalhadores para as plantações entre outras necessidades.

Na análise de Ramos (1965), o recrutamento de mão-de-obra em zonas distantes seria prejudicial para a produtividade da agro-indústria, pois que esta situação para além de desequilibrar o nível da mão-de-obra necessária nos meses de pico, obrigava aos plantadores custearem o transporte, a alimentação e a estadia dos trabalhadores, quebrando a produtividade. Por isso, o autor advoga o maior povoamento na região como forma de satisfazer as plantações, em mão de obra, sem ter que se recorrer à força migratória. A respeito disso, CEA<sup>26</sup> diz que o chá conseguiu evoluir na região graças ao uso de mão de obra barata dos camponeses e que, mesmo assim, a produtividade era baixa. Uma das soluções seria a estabilização dos camponeses na zona da Agro-Indústria do Chá. Portanto, quanto à necessidade da estabilização da mão de obra nas zonas de implantação directa do chá, parece haver unanimidade. Aliás, a ideia do CEA (1982)<sup>27</sup> enquadra-se nas políticas de socialização do campo no período pós-independência, uma política que incluía também o impedimento da movimentação dos camponeses das suas regiões através de mobilização para que estes se enquadrassem em cooperativas de produção. Nesta perspectiva, Abrahamsson<sup>28</sup>, afirma que se pensava estimular as famílias camponesas de modo que estas se mudassem para as aldeias comunais, onde poderia ser mais fácil oferecer a educação, a saúde e água. E para estes camponeses poderem melhorar as capacidades de compra, deveriam, necessariamente, deixar os seus métodos tradicionais de produção e integrar-se em cooperativas de produção que seriam apoiadas e financiadas pelas machambas estatais.

"As machambas estatais deviam ser o ponto fulcral da estratégia agrícola, produzir bens de exportação e cobrir uma grande parte das necessidades totais dos bens alimentares do país. As machambas estatais

<sup>26</sup> CEA/UEM, *O papel dinamizador da Emochá na transformação socialista da Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "B"*, 1982, Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982, p.2

<sup>27</sup> CEA/UEM, *O papel dinamizador da Emochá na transformação socialista da Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "B"*, 1982, Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982

<sup>28</sup> Abrahamsson, Hans e Nilsson, Anders, *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*, Padrigu/CEEI-ISRI, Maputo, 1994, p.38

estariam formadas a partir das antigas plantações e da junção das parcelas agrícolas mais pequenas dos colonos portugueses".<sup>29</sup>

Cross (1994) insiste dizendo que quer seja no período antes de 1961 quer seja depois de 1962, os camponeses sempre foram forçados a trabalhar no sector de chá. Mesmo com incentivos usados pelo Grémio dos Plantadores de Chá a partir de 1962, para aliciar camponeses a trabalhar no sector de chá, o autor diz que, só em 1974/75 é que o trabalho forçado terminou em algumas regiões da Zambézia. No entanto, trabalhos que analisam a matéria no período pós-independência, particularmente o CEA (1982)<sup>30</sup>, em relação ao processo de recrutamento de mão-de-obra para as plantações, não falam de incentivos depois de 1975 para atrair os camponeses a trabalhar no chá. Revelam também a falta de transporte para o regresso dos camponeses às suas zonas de origem e, por vezes, para seguir às plantações. Não alcançavam assim, algumas das condições oferecidas pelas plantações no período colonial. Segundo Abrahamsson<sup>31</sup> a razão principal para a aderência e produtividade nas machambas estatais foi a euforia<sup>32</sup> da independência, que constituía uma base fértil mas passageira para a mobilização política da população feita pelo governo em "campanhas" e "trabalhos voluntários" de modo a sair da situação de crise e de nós de estrangulamento.

#### I.4. Problematização e hipóteses

A cultura do chá necessita de muita mão-de-obra. O seu recrutamento e contratação eram feitos numa forma compulsiva no período colonial. Os contractos eram de seis meses por ano aos africanos de sexo masculino classificados como indígenas.<sup>33</sup>

<sup>29</sup> Abrahamsson, Hans e Nilsson, Anders, *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*, Padrigu/CEEI-ISRI, Maputo, 1994, p.37

<sup>30</sup> CEA/UEM, *Plantações de Chá e a economia camponesa: informação básica para o plano director da zona Gurue-Socone Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "A", 1982*, Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982;

e CEA/UEM, *O papel dinamizador da Emochá na transformação socialista da Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "B", 1982*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982

<sup>31</sup> Abrahamsson, Hans e Nilsson, Anders, *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*, Padrigu/CEEI-ISRI, Maputo, 1994, p.44

<sup>32</sup> Euforia- Sensação fisiológica de bem estar

<sup>33</sup> Indígenas – originário do país, que existe num país desde os tempos remotos

Para a manutenção em número satisfatório da força de trabalho, o recrutamento para as plantações era garantido pela administração das circunscrições e régulos, principais auxiliares da administração colonial portuguesa a partir de 1930, altura em que se abole definitivamente os Prazos na Zambézia e Tete e criam-se as Circunscrições e Postos Administrativos. Igualmente, os mesmos régulos participavam na cobrança de impostos e eram vigilantes na preservação das normas coloniais vigentes, e, em troca, os régulos recebiam uma pequena avença pelo trabalho realizado, e a partir dos princípios dos anos 40 alguns deles casas de alvenaria com tanques de água.<sup>34</sup>

No período pós- independência, foi criada, através do decreto nº10/78 de 9 de Maio, a Empresa Moçambicana de Chá, Empresa Estatal (EMOCHA E.E.), com o objectivo de incorporar, numa única empresa estatal, as unidades de produção ora abandonadas pelos seus donos, para consolidar e desenvolver o sector de chá. Esse tinha uma importância estratégica na economia nacional, quer pelo número de trabalhadores que empregava quer pelas divisas que permitia obter.<sup>35</sup>

Foi a partir deste período que o Estado assumiu a tarefa de inverter os efeitos da crescente erosão da base económica familiar durante o período colonial e criar uma nova classe em harmonia com o novo processo de socialização da economia camponesa através de políticas socialistas. Para o caso concreto do chá, os meses da produção mais intensa da folha, coincidem com o período de actividade mais aguda no âmbito da agricultura familiar, deixando o camponês num dilema, entre ir aos campos do chá e ficar atender a sua machamba. Parece que este dilema podia, em parte, ser resolvido com formas de cooperação camponesa tradicionais designadamente *namurri*, *omore*, *mukumi* e *otheka*. A proletarização, cada vez maior do campo, implicou maior circulação de dinheiro e, assim, surgiu o trabalho ocasional *ganho-ganho*.

---

<sup>34</sup> Pequenino, Fernando, *Estrutura social entre os lomués do Posto Administrativo de Mugeba, distrito de Mocuba, província da Zambézia, c.1900-1995 vol.I e II*. Dissertação para a obtenção do grau de Licenciatura em História. Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1995, p.23/33

<sup>35</sup> *Diagnóstico do potencial de reestruturação da Emochá: Minuta do relatório final, Vol.1*, Relatório Principal. Maputo, Janeiro de 1995, p.3

A agro-indústria do chá no distrito de Gurué criou um epicentro do desenvolvimento económico e social na região (instalação de infraestruturas económicas e sociais).

O emprego na agro-indústria do chá constituiu alternativa para a agricultura familiar, pois os camponeses conseguiam algum dinheiro para a satisfação de algumas necessidades tais como a educação, a saúde, o vestuário, etc.

Independentemente dos regimes políticos a indústria do chá constitui motor de desenvolvimento na região da Alta-Zambézia.

### **I.5. Metodologia e Plano de pesquisa**

A elaboração do presente trabalho foi baseada na consulta bibliográfica em diversas instituições como a Biblioteca da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Faculdade da Agronomia, Arquivo Histórico de Moçambique, Centro de Estudos Africanos, Centro de Estudos da População, Ministério da Agricultura, Instituto Nacional de Investigação Agronómica, Instituto Nacional de Estatística, Instituto Nacional de Meteorologia, Enochá SARL e outras.

Recorreu-se também a fontes orais (pessoas que viveram de perto o desenvolvimento da Enochá E.E.), que forneceram informações bastante úteis sobre o processo de recrutamento da mão-de-obra e, também, sobre o envolvimento da empresa nas actividades sócio-económicas na região.

### **I.6. Estrutura**

O trabalho está organizado em três capítulos. O capítulo de introdução que faz a apresentação do tema, a localização geográfica sob influência da economia da cultura do chá. Traz também a problematização e as hipóteses, e indica limites cronológicos e

objectivos do trabalho. No fim do capítulo a metodologia usada para a elaboração do trabalho.

O segundo capítulo fala das origens do chá na China, o seu processo de evolução até a sua introdução na Zambézia no período colonial. Analisa-se, neste capítulo, o processo da evolução da cultura do chá em Moçambique até a independência nacional, a sua inserção no contexto das novas políticas de desenvolvimento económico e social de Moçambique, com destaque a partir de 1978 pela Emochá E.E. até a sua paralisação parcial em 1987.

O terceiro capítulo fala da influência da agro-indústria do chá (Alta-Zambézia) no seio da economia familiar através de postos de emprego que fornece. A agro-indústria estimulou o desenvolvimento do comércio e facilitou acesso a serviços sociais.

A parte final do trabalho apresenta pontualmente os principais aspectos encontrados ao longo da análise do tema como o reconhecimento de que a cultura do chá, ao longo dos anos, passou a ser uma das principais fontes de rendimento directa ou indirectamente na região.

Na parte final do trabalho apresenta-se uma lista bibliográfica que constituiu a base para a elaboração do presente trabalho e os anexos estatísticos.

## CAPÍTULO II

### A PRODUÇÃO DO CHÁ NA ALTA-ZAMBÉZIA

#### II.1 Introdução

Este capítulo introduz a cultura do chá e o seu desenvolvimento na Zambézia. Falamos da sua origem, na China, o seu aparecimento na Europa e na Zambézia em 1914.

O desenvolvimento da agro-indústria do chá na Alta-Zambézia, constituiu o principal factor para a instalação de um conjunto de infraestruturas económicas e sociais, permitindo, assim, o desenvolvimento da região.

A luta armada, que culminou com a independência em 1975, precipitou o êxodo, em grande escala, de colonos, abandonando e por vezes sabotando as suas propriedades.

Com a independência, o novo governo trouxe consigo novas políticas de desenvolvimento que apostavam essencialmente na agricultura em grandes machambas estatais que seriam promotoras das zonas onde estavam inseridas, através de apoio às aldeias comunais, machambas colectivas e outro tipo de cooperativas.

No subcapítulo a seguir (II.6) descrevemos o desenvolvimento das novas políticas que foram influenciadas por diversos factores como a fraca preparação dos próprios moçambicanos em dar continuidade a gestão dos empreendimentos, falta de técnicos qualificados, falta de capital financeiro, concepção de projectos sem a devida sustentabilidade, a guerra entre outros factores.

#### II.2. Origens e a introdução do chá na Zambézia

O Chá tem suas origens na China, onde é conhecido desde 2737 A.C.. A palavra chá vem do dialecto cantonês "Ch'a" e é o nome pelo qual é conhecido na Asia e na Rússia. Num

outro dialecto chinês chamam o chá de “Y’e”, nome que veio a chegar à Europa Ocidental através dos holandeses, onde tomou nomes como “Tea”, “Thé”, “Tee”, “Te” e “Té”. O chá veio a expandir-se pelo Oriente graças a expansão do Budismo, que atribuía ao chá, como bebida, certas virtudes morais e culturais.<sup>36</sup>

Na Europa, o chá é conhecido a partir do ano 850 D.C., através de comerciantes árabes e mais tarde, a partir do século XVI (1559) através de comerciantes genoveses. Em 1622 a Rainha Catarina de Bragança, casada com Carlos II da Inglaterra, introduziu nas suas reuniões de Corte, o hábito de servir esta bebida, passando assim a ser bebida de carácter social da aristocracia e alta burguesia. Foi a partir daqui, que o chá ganha importância comercial.<sup>37</sup>

Tendo já ganho interesse comercial na Europa, particularmente a partir do século XIX, e depois da montagem de fábricas na Índia, Ceilão e Indonésia apareceu a necessidade de alargamento da cultura do chá. Perante esta necessidade, em 1876 foi introduzido em África, mais concretamente na Niassalândia, hoje Malawi, por iniciativa de missionários, onde veio a ter o seu maior impulso com a construção da Linha de Sena (1936), que permitiu maior escoamento de produtos daquele país incluindo o chá, através do Porto da Beira. Depois da Niassalândia, outros países da África Oriental como o Quênia em 1903, a Tanzânia, Uganda e Moçambique também introduziram a cultura do chá.<sup>38</sup>

Em Moçambique, a cultura do chá foi introduzida em 1914 mais propriamente em Milange, pela Empresa Agrícola de Lugela, a partir da semente vinda da vizinha Niassalândia. Não chegou a desenvolver na altura, devido à interferência da Primeira Guerra Mundial. Mas, a partir de 1924, começa a produção industrial e comercial em Milange, pela Sociedade Chá Oriental. E, a partir de 1930, a cultura expande-se para

<sup>36</sup> Ramos, Maria Rodrigo da Fonseca, *Alguns aspectos sócio-económicos da cultura do chá em Moçambique*. Dissertação Licenciatura – Instituto Superior de Ciências e Política Ultramarina, Lisboa, 1965, p.9

<sup>37</sup> Ramos, Maria Rodrigo da Fonseca, *Alguns aspectos sócio-económicos da cultura do chá em Moçambique*. Dissertação Licenciatura – Instituto Superior de Ciências e Política Ultramarina, Lisboa, 1965, p.10

<sup>38</sup> Ramos, Maria Rodrigo da Fonseca, *Alguns aspectos sócio-económicos da cultura do chá em Moçambique*. Dissertação Licenciatura – Instituto Superior de Ciências e Política Ultramarina, Lisboa, 1965, p.11

outros pontos da Zambézia, nomeadamente Gurué, Tacuane e Socone<sup>39</sup>, onde, pelas condições naturais, a cultura do chá se desenvolveu até, por volta da década 40-50, constituir uma das principais exportações de Moçambique (vide quadros I e II).

### II.3. A produção do chá no período colonial

A literatura ora consultada indica que a produção do chá no período colonial em Moçambique, era feita unicamente na Alta-Zambézia, região já identificada no sub-capítulo de localização geográfica.

Como já foi referenciado, a expansão do chá para o mercado ocidental introduziu o hábito da bebida do chá nas várias sociedades, tornando-o deste modo, um importante factor de riqueza, pois que a sua exportação tornou-se fácil.<sup>40</sup> Foi assim, e dentro do contexto dos interesses capitalistas da Europa Ocidental, que a cultura foi introduzida em várias regiões de África, tendo entrado em Moçambique, na região de Milange em 1914, através da Empresa Agrícola de Lugela e depois, a partir dos finais da década 30 e princípios da década 40, em outras regiões da Alta-Zambézia.

A planta do chá "*Camelia Sinensis*" exige bons solos, profundos, com boa drenagem e ácidos. Exige, igualmente, esta planta, boas condições climáticas, chuvas abundantes e bem distribuídas durante o ano e uma temperatura média anual que não excede os 25°C-26°C, nem inferior a 14°C. Estas condições são encontradas na Alta-Zambézia, que goza de um clima tropical húmido e um relevo influenciado pela Formação Chire Namule, que atravessa a região apresentando as seguintes características: temperatura média anual de 22°C, variando entre 18°C em Julho, mês mais frio, e 24°C em Outubro, mês mais quente; precipitação polviométrica média anual que varia entre 1500mm em Milange e 2400mm

---

<sup>39</sup> Artur, Domingos Rosário e Xavier, Estevão, *Cidade do Gurue: Heranças e Continuidades*, Publicação do Núcleo de Investigação Cultural – Gurue. Maputo, 2003, p.36

<sup>40</sup> Ramos, Maria Rodrigo da Fonseca, *Alguns aspectos sócio-económicos da cultura do chá em Moçambique*. Dissertação Licenciatura – Instituto Superior de Ciências e Política Ultramarina, Lisboa, 1965, p.35

em Tacuane e humidade relativa anual que varia entre 64% em Setembro, e 80% em Março.<sup>41</sup>

Na região da Alta-Zambézia, o distrito do Gurue apresenta melhores condições naturais para a evolução desta cultura, possui regiões montanhosas e solos de boa drenagem, factores que determinaram que a actividade tivesse maior entusiasmo e prática e, assim, em tão pouco tempo, Gurué suplantou Milange em termos de áreas de cultura e volumes de produção do chá.<sup>42</sup> (vide quadro III)

A expansão do chá para o Gurue, a partir do ano de 1929, foi graças ao Adelino Abel Vaz de Sá, primeiro administrador da antiga Circunscrição do Gurué, que promoveu a introdução da cultura naquele distrito. Como administrador, Adelino Abel de Sá chamou para junto de si Américo Colaço Felizardo, Carlos Ribeiro e Manuel Saraiva Junqueiro antigos empregados da Empresa Agrícola de Lugela, que se instalaram no Gurué a fim de produzirem o chá. Entre estes se destacou Manuel Saraiva Junqueiro, cuja a empresa era Plantações Manuel Saraiva Junqueiro, SARL.<sup>43</sup>

Dado o seu significado comercial e aliado a muita procura nos anos de 1940/50, houve um incremento rápido da cultura, levando até ao uso de sementes deficientes e à criação de plantações em condições pouco satisfatórias, situação que viria a influenciar a qualidade do produto e, conseqüentemente, dificuldades na comercialização do mesmo, resultando assim na crise de mercado do produto, que se agudizou nas épocas de 1949/50 e 1952/53. Este facto, despertou a atenção dos plantadores, para a necessidade de produzirem um chá de melhor qualidade, para poderem concorrer nos mercados mundiais. A partir da época 1953/1954, graças a observância de técnicas adequadas à cultura como o estabelecimento de viveiros em terrenos de boa drenagem, entre outros

---

<sup>41</sup> *Diagnóstico do Potencial de Restruturação da Emochá, Vol.3*, Minuta do Relatório Final, Janeiro de 1995, p.1/4

<sup>42</sup> Ramos, Maria Rodrigo da Fonseca, *Alguns aspectos sócio-económicos da cultura do chá em Moçambique*. Dissertação Licenciatura – Instituto Superior de Ciências e Política Ultramarina, Lisboa, 1965, p.6

<sup>43</sup> Artur, Domingos Rosário e Xavier, Estevão, *Cidade do Gurue: Heranças e Continuidades*, Publicação do Núcleo de Investigação Cultural – Gurue. Maputo, 2003, p.36,37,38 e 39

cuidados<sup>44</sup>, permitiu o melhoramento da qualidade do produto, reconquistando deste modo, a confiança no mercado internacional do chá.<sup>45</sup>

Por volta de 1960, Moçambique produzia cerca de 9.000 toneladas de chá sendo exportado quase na totalidade, arrecadando anualmente cerca de 170.000 contos, ocupando o quinto lugar entre os produtos agrícolas exportados.<sup>46</sup>

Até 1972, a Zambézia tinha registado cerca de 36 empresas produtoras de chá que cultivavam cerca de 15.605 hectares, produzindo 79.334 toneladas de folha verde pouco mais de 18.678 toneladas de chá processado, dos quais 18.351 toneladas exportadas. Entre as 36 empresas existentes na Alta-Zambézia destacavam-se as empresas Chá Moçambique, Lda; Companhia da Zambézia; Plantações Manuel Saraiva Junqueiro, SARL; Chá Gurue Lda; Sociedade Agrícola do Madal e Sociedade Chá Oriental.<sup>47</sup>

Moçambique apesar de produtor que é, sempre foi considerado como dos mais baixos consumidores do chá. No período colonial o baixo consumo foi determinado por falta de cultura do consumo de chá, razão pela qual, foi lançada, nos princípios dos anos 70, uma campanha de propaganda sobre a importância do consumo de chá. Com a propaganda, o consumo interno subiu consideravelmente neste período para uma quantidade de cerca de 889 toneladas por ano. Entretanto, no período pós-independência o consumo baixou e consideram-se factores determinantes a falta de açúcar e leite no mercado, baixo poder de compra e falta de política de promoção do consumo. Segundo dados de 1991, o consumo interno anual era de 485 toneladas.<sup>48</sup>

---

<sup>44</sup> Segundo Ramos (1965:66, 67), O excesso de humidade prejudica as plantas, em terrenos novos, com maior fertilidade. As plantas devem ser colocadas em terrenos totalmente limpos, porque a putrefacção de madeira no solo provoca infecção nas plantas.

<sup>45</sup> Ramos, Maria Rodrigo da Fonseca, *Alguns aspectos sócio-económicos da cultura do chá em Moçambique*. Dissertação Licenciatura – Instituto Superior de Ciências e Política Ultramarina, Lisboa, 1965, p.66 e 67

<sup>46</sup> Ramos, Maria Rodrigo da Fonseca, *Alguns aspectos sócio-económicos da cultura do chá em Moçambique*. Dissertação Licenciatura – Instituto Superior de Ciências e Política Ultramarina, Lisboa, 1965

<sup>47</sup> *Moçambique. Leis e decretos, etc, Elementos estatísticos referentes ao chá do distrito da Zambézia*, 1968, p.42

<sup>48</sup> *Moçambique. Leis e decretos, etc, Elementos estatísticos referentes ao chá do distrito da Zambézia*, 1968, p.42

A exportação do chá zambeziano ia para o Espaço Económico Português, com destaque para "Portugal Continental" e, também, para a Índia, Macau, África do Sul, Holanda, Irlanda, Alemanha Federal, Austrália, Canadá e Estados Unidos da América. A Grã-Bretanha destacava-se, desde 1955, como o maior comprador do chá moçambicano.<sup>49</sup>

Alias, é nos leilões de Londres onde o chá moçambicano sempre teve a sua maior cotação embora numa posição desfavorável em relação ao chá proveniente dos países membros da *Commonwealth*.<sup>50</sup> Até 1972, as exportações continuavam a seguir para os mesmos destinos muito embora com algumas variações em termos quantitativos.

As exportações e os preços do chá moçambicano eram controlados pelo Banco Nacional Ultramarino que dava créditos ao produtor contra a entrega dos documentos de embarque do chá, num quantitativo correspondente a uma parte do presumível valor de venda dos lotes embarcados. Por sua vez, o Anglo Portuguese Bank ia de acordo com o Banco Nacional Ultramarino<sup>51</sup>, procedendo a venda gradual dos lotes moçambicanos, evitando assim, o surgimento de grandes lotes no mercado que podessem prejudicar os preços do chá moçambicano, que mesmo assim eram dos mais baixos de África.<sup>52</sup> Em 1971, no Leilões<sup>53</sup> de Londres, o chá moçambicano atingiu o preço até então não atingido, com um valor médio de 24\$99 por quilograma.<sup>54</sup>

---

e *Diagnóstico do potencial de reestruturação da Emochá: Minuta do relatório final, Vol.1, Relatório Principal*. Maputo, Janeiro de 1995, p.16

<sup>49</sup> Ramos, Maria Rodrigo da Fonseca, *Alguns aspectos sócio-económicos da cultura do chá em Moçambique*. Dissertação Licenciatura – Instituto Superior de Ciências e Política Ultramarina, Lisboa, 1965, p.42 e 88

<sup>50</sup> *Commonwealth* – Comunidade das ex-colónias britânicas incluindo a Grã-Bretanha

<sup>51</sup> Banco Nacional Ultramarino – Banco emissor de Moçambique durante o período colonial (Gaspar, Napoleão, *A evolução do sistema bancário em Moçambique, 1975-1992*, Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em História, Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2000)

<sup>52</sup> Ramos, Maria Rodrigo da Fonseca, *Alguns aspectos sócio-económicos da cultura do chá em Moçambique*. Dissertação Licenciatura – Instituto Superior de Ciências e Política Ultramarina, Lisboa, 1965, p.88 e 91

<sup>53</sup> Leilão – Venda pública de mercadorias que se entregam a quem oferece maior preço

<sup>54</sup> *Moçambique. Leis e decretos, etc., Elementos estatísticos referentes ao chá do distrito da Zambézia, 1968*, p.72

Portanto, o chá em Moçambique foi introduzido na segunda década do século XX e, gradualmente pelas condições favoráveis da região da Alta-Zambézia, a cultura foi evoluindo até constituir uma das mais importantes exportações do país até ao fim do período colonial.

#### II.4. O advento da independência

Os últimos anos da administração colonial (1973/74) foram caracterizados pelo êxodo<sup>55</sup> dos colonos portugueses. Até 1975 cerca de metade da comunidade portuguesa, havia já abandonado o país como assim as suas propriedades em Moçambique.<sup>56</sup>

Neste mesmo período a reacção dos trabalhadores rurais variou ao longo do país. Na Zambézia, os trabalhadores rurais exigiram às grandes companhias não só aumentos salariais como também a devolução de terras. Neste âmbito, acções mais agressivas foram dirigidas contra os proprietários de lojas e comerciantes, cujas actividades de realização de lucros foram vingadas na forma de pilhagem das lojas, confiscação de mercadorias e abate de gado.<sup>57</sup> Estas acções, e o receio em relação ao governo que seria instalado depois da independência, precipitaram o êxodo dos colonos portugueses e consequente abandono das suas propriedades.

Assim, havia a necessidade de reestruturar a administração tendente a estabelecer processos minimamente funcionais. Isto levou à criação de estruturas políticas por todo o país, na forma de Grupos Dinamizadores, levados a cabo num clima de colapso, agitação social dos colonos portugueses e fuga de mão-de-obra qualificada que não seria compensada facilmente pela Frelimo.

A consequência imediata do êxodo dos colonos foi o declínio acentuado e acelerado em toda a economia. Na agricultura, os produtos de exportação baixaram em 1975 dois terços dos volumes de 1973; a própria exportação caiu para três quartos em 1974, e

<sup>55</sup> Êxodo – Partida de grande quantidade de gente (neste caso de portugueses para fora de Moçambique)

<sup>56</sup> Egero, Bertil, *Moçambique: os primeiros dez anos da democracia*, Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1992, p.67

<sup>57</sup> Egero, Bertil, *Moçambique: os primeiros dez anos da democracia*, Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1992, p.73

apenas a metade em 1975. A produção industrial mostra uma tendência semelhante para menos de dois terços em 1975, situação que levou a uma grande quebra na balança de pagamento.<sup>58</sup>

## II.5. As novas políticas de desenvolvimento

Até aos Acordos de Lusaka, em Setembro de 1974, muitos dos proprietários tinham abandonado e nalgumas vezes sabotado as unidades de produção, de comércio e outros sectores importantes conduzindo o país a uma ruptura económica. Paralelamente a isso, o governo da Frelimo efectuou uma série de nacionalizações. Assim foram nacionalizados a terra, a educação, os bancos e a habitação.<sup>59</sup>

Segundo Abrahamsson e Nilsson<sup>60</sup>, a visão do desenvolvimento durante a guerra de libertação de Moçambique, baseava-se na necessidade de transformar a estrutura económica através de uma industrialização rápida baseada nos excedentes agrícolas. Neste contexto, devia-se desenvolver uma agricultura mecanizada, com meios modernos, em machambas estatais que iriam substituir as antigas plantações e outras pequenas parcelas de colonos portugueses. Seriam as machambas estatais o ponto fulcral da estratégia dessa agricultura, produzindo bens de exportação e bens de necessidade para o consumo interno, por forma a acabar ou reduzir significativamente a dependência externa. Estas ideias foram ratificadas com as decisões do 3º Congresso em 1977 que adoptou ou confirmou o socialismo como sistema sócio-político a seguir. Assim, com a agricultura, baseada em machambas estatais, esperava-se grandes receitas resultante das exportações agrícolas, o que iria contribuir, em grande escala, para a transformação total das zonas rurais.

---

<sup>58</sup> Egero, Bertil, *Moçambique: os primeiros dez anos da democracia*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1992, p.76/77

<sup>59</sup> Egero, Bertil, *Moçambique: os primeiros dez anos da democracia*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1992, p.37, 39, 67, 75, 86 e 87

<sup>60</sup> Abrahamsson, Hans e Nilsson, Anders, *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*, Padriagu/CEEI-ISRI, Maputo, 1994, p.37/38

## II.6. A intervenção e nacionalização da indústria do Chá

Como afirma Chemane (2005) “O êxodo em massa dos colonos significou o abandono das terras produtivas e a ruptura da rede de produção e comercial”<sup>61</sup>, uma situação que obrigou o novo governo à tomada de medidas com vista a controlar a crise em que o país se encontrava, e assim, efectuou nacionalizações da terra, habitação, bancos e serviços essenciais como a saúde e a educação.

A agro-indústria do chá também não escapou à regra. Até 1975 já haviam sido abandonadas diversas empresas ou simplesmente sabotadas de diferentes formas. Na medida que o Estado ia verificando que qualquer empresa não estava em condições de continuar por si só, ia intervencionando como aconteceu com a Empresa Colonial do Chá Limitada (MUACALA), Plantações Manuel Saraiva Junqueiro SARL, Alverca Agrícola Limitada e Cooperativa Agrícola do Gurué, que foram intervencionadas pelo Estado através do despacho de 15 de Setembro de 1975. O abandono e a sabotagem foram acontecendo, e deste modo, as empresas foram sendo intervencionadas. Nesta sequência do despacho de 26 de Agosto de 1976 foram intervencionadas as empresas Monteiro & Giro, Chá Luso Limitada, Chá Montealásse Limitada, Chá Montebranco Limitada, Chá Montemuli Limitada, Sociedade Agrícola de Napeia Limitada. Igualmente, foram intervencionadas as Plantações de Albertina Fidalgo de Carvalho, Oliveira e Monteiro Limitada, Plantação Espírito Santo Limitada, Sociedade Agrícola do Miriosse Limitada, Empresa Agrícola de Mococho Limitada, Plantação Manuel Alves Velada, Plantações do ex-Colonato do Gurué, Chá Namiruco Limitada, Plantação de Manuel Faria Peixoto, Plantação de Carlos Santos (Casal do Zeca), Mirolene Agrícola Limitada, Sociedade Agrícola do Simbe Limitada, Chá Gurué Limitada, Chá Moçambique Limitada, Chá Tacuane Limitada, Liaze Agrícola Limitada, Empresa Agrícola de Chá SARL, Empresa Contap Limitada e Metilile Agrícola Limitada.<sup>62</sup> Todas estas intervenções eram ao abrigo do Decreto 16/75 de 13 de Fevereiro e por despacho de 15 de Setembro de 1975, sobre a intervenção do Governo de Transição nas empresas singulares ou colectivas

<sup>61</sup> Chemane, Laila de Jesus, *Contribuição para a análise da segurança alimentar em Moamba (1983-1992)*, “Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane”, Maputo, 2005, p.15

<sup>62</sup> *Boletim da República*, I Série-Número 102, de 3 de Setembro de 1977, p.471

encerradas, abandonadas, sabotadas sob diversas formas: desvio de fundos, despedimento de trabalhadores ou qualquer outra acção que constituísse impedimento para a sua contribuição normal no desenvolvimento económico e social do país.<sup>63</sup>

Para a gestão de cada uma das empresa, foi criada uma Comissão administrativa que recebia coordenação do Gabinete de Gestão para empresas do chá, criada pelo Banco de Moçambique com objectivo de suprir carências empresariais no que respeita a problemas administrativos, financeiros e comerciais. O Gabinete recebeu competências para exercer funções de apoio no controlo das exportações através do despacho de 27 de Outubro de 1975, publicado no Boletim da República, I Série, Número 53<sup>64</sup>. Foi o Gabinete de Gestão que permitiu assegurar o suporte financeiro às empresas de chá abandonadas, impedindo a sua paralização total e criando condições para o início do processo de recuperação da produção.

Foi com base neste Gabinete que viria nascer a Emochá, Empresa Estatal em 1978 e as Plantações transformadas em unidades de Produção (UP).

A confirmação do socialismo como via de desenvolvimento em 1977, foi acompanhado com políticas de desenvolvimento, baseadas na agricultura, em que a indústria era definida como factor dinamizador. Assim, na área agrícola, o governo nacionalizou as grandes plantações e machambas de pequenos colonos abandonadas e transformou-as em machambas estatais. Foi assim que, em 1978, pelo decreto nº10/78 de 9 de Maio, é criada a Empresa Moçambicana de Chá, Empresa Estatal (EMOCHA, E.E.), com o objectivo de organizar, numa única empresa estatal, as unidades de produção ora abandonadas pelos seus donos, para dar seguimento o sector do chá, pela sua importância na economia nacional quer pelo número de trabalhadores que empregava quer pelas divisas que permitia obter.<sup>65</sup> No contexto da socialização rural, à Emochá é atribuída o papel

---

<sup>63</sup> *Moçambique: Principal Legislação – Promulgada pelo Governo de Transição, De 28 de Setembro de 1974 à 27 de Março de 1975*, Imprensa Nacional de Moçambique, L. Marques, 1975, p.81/82

<sup>64</sup> *Boletim da República*, I Série-Número 102, de 3 de Setembro de 1977, p.471

<sup>65</sup> *Diagnóstico do Potencial de Restruturção da Emochá, Vol.3*, Minuta do Relatório Final, Janeiro de 1995, p.3

especial de dinamizar o desenvolvimento económico e social na região da Alta-Zambézia.

## II.7. O papel da Emochá

Os papéis atribuídos às empresas, algumas vezes iam muito acima das capacidades reais das mesmas. No caso da Emochá na Alta-Zambézia, dentre várias medidas, devia observar os limites de recrutamento de mão-de-obra por cada distrito segundo os planos da Direcção Provincial de Trabalho, sob o argumento de evitar a quebra da produção camponesa nesses distritos. Devia, também, evitar fazer recrutamentos entre camponeses integrados em cooperativas agrícolas, pois, estas constituíam a base da socialização da economia camponesa. No entanto, não eram observados alguns aspectos importantes herdados da colonização, montados apenas para servir os interesses coloniais, como é o caso da expansão da rede comercial que constitui incentivo importante para a produção camponesa, pois, era esta rede que permitia aos camponeses comercializarem a sua produção e assim, terem o rendimento monetário necessário; a manutenção ou melhoramento das vias de acesso que encorajassem aos camionistas penetrarem a estas regiões para o escoamento dessa produção. Por exemplo, no distrito de Alto-Molocué, pelos interesses coloniais, os camponeses tinham o privilégio de produzir e vender, o que evitava que esses dependessem apenas das plantações. Contrariamente, em Namarrói, que estando desprovidos dessas infraestruturas o rendimento monetário dos camponeses dependia fortemente do trabalho das plantações. Estas estruturas estavam acima das atribuições da Emochá como maior empresa agro-industrial da região. Planificar a este nível era obrigação do Estado ao nível central.<sup>66</sup>

Assim, a Emochá devia apoiar as cooperativas e as aldeias comunais na região da sua influencia com enfoque na zona de implantação directa do chá<sup>67</sup>. As aldeias comunais e cooperativas eram vistas pelo governo como a chave da socialização do campo, pois que com elas acreditava-se no aumento da produção e da produtividade. Os camponeses em

<sup>66</sup> CEA/UEM, *O papel dinamizador da Emochá na transformação socialista da Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "B", 1982*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982, p.30 e 31

<sup>67</sup> CEA/UEM, *O papel dinamizador da Emochá na transformação socialista da Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "B", 1982*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982, p.24 e 28

aldeias comunais poderiam beneficiar de meios como tractores e outros recursos conjuntos da aldeia para aumentar a sua produtividade e podiam-se integrar em grandes machambas estatais de culturas de rendimentos como a Emochá. Mas, segundo José Jeremias Langa<sup>68</sup>, a Emochá não apoiou directamente as aldeias da região em equipamento agrícola como tractores, por exemplo. Envolveu-se, sim, na actividade agrícola de camponeses organizados em cooperativas através dos seus técnicos dando instruções de técnicas modernas de produção para uma maior produtividade.

As cooperativas agrícolas agrupavam camponeses com objectivo de, em conjunto, produzirem diversos produtos com destaque os de rendimento, como o algodão o milho, etc., para a comercialização. Na Alta-Zambézia, se bem que nas regiões de implantação directa do chá as cooperativas registassem fraca expressão; no distrito do Alto-Molocue, surgiram cooperativas produzindo milho, que muitas vezes se viram incapazes de competir com agricultores privados com longa tradição da produção e comercialização na região. Estas cooperativas sem meios técnicos avançados para a produção nem transporte para a comercialização e outros serviços, esperavam um apoio de empresas estatais como Agricom que, com os seus meios, devia ir ao encontro das cooperativas e da Mecanagro, que devia disponibilizar os seus tractores para efeitos de lavoura ou mesmo de transporte nas zonas onde os camiões da Agricom não chegavam com facilidade. Portanto, esta foi uma expectativa não satisfeita.<sup>69</sup>

Porém, as machambas estatais foram potenciadas por forma a satisfazer os objectivos para os quais foram criadas (produção de divisas e garantia do abastecimento interno). Nestes termos, beneficiaram de grandes investimentos financeiros e meios humanos. A Emochá recebeu financiamentos do Estado, do Banco Africano de Desenvolvimento, do Banco Árabe de Desenvolvimento e do Programa Mundial de Alimentação. Ainda no mesmo âmbito, foram recrutados no estrangeiro, técnicos qualificados de diversas origens, designadamente indiana, portuguesa, inglesa, escocesa e tanzaniana.

<sup>68</sup> Entrevista com José Jeremias Langa, ex-Director da Emochá E.E., Filial de Socone e depois Chefe do Departamento de Dados e Informação na Direcção Geral da Emochá E.E. Maputo, 11.08.2005

<sup>69</sup> CEA/UEM, *Comercialização agrária: métodos de planificação - projecto de consulta*, CEA, Maputo, 1982, p.53/54

Apesar de tudo, no geral, até a realização do IV Congresso em 1983 o governo ainda não havia logrado sucessos e as populações rurais que tinham a agricultura como ponto de partida para o seu desenvolvimento mostravam-se descontentes. Por exemplo, na região do chá os camponeses esperavam da Emochá um apoio através dos seus meios técnicos o que não veio a acontecer. Foi assim que, o governo, durante o IV Congresso, criou um programa de acção para contrariar a tendência económica através de redução das despesas do Estado ao nível da produção real do país, redução dos aumentos salariais, apresentação de planos económicos concretos com o respectivo tempo para a sua realização, redução das áreas das machambas estatais em pequenas parcelas e a privatização das mesmas, maior apoio ao sector familiar e privado.<sup>70</sup>

Com vista ao cumprimento cabal das políticas económicas emanadas pelo governo, as agro-indústrias estatais receberam fortes financiamentos do governo e externos, nestes termos a Emochá recebeu também vários financiamentos internos e externos. Mesmo assim, não alcançou os resultados esperados quer na produção da economia para o país quer na ajuda aos camponeses locais. Esta insatisfação levou ao governo a redefinir as suas políticas de desenvolvimento.

## II.8. A produção do chá de 1978 a 1982

A partir de 1978, a Emochá, Empresa Estatal, passou a controlar cerca de 87% da indústria chazeira da Alta Zambézia, empregando cerca de 29.900 (92%) de trabalhadores. Os restantes 13% continuavam nas mãos dos privados nomeadamente a Companhia da Zambézia e a Madal que empregavam cerca de 2.600 (8%) de trabalhadores.<sup>71</sup>

---

<sup>70</sup> Abrahamsson, Hans e Nilsson, Anders, *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*, Padrigu/CEEI-ISRI, Maputo, 1994, p.47-48

<sup>71</sup> *Diagnóstico do potencial de reestruturação da Emochá: Minuta do relatório final, Vol.1*, Relatório Principal. Maputo, Janeiro de 1995, p.12

Duma forma geral, durante o período entre 1975 e 1981 o nível de produção agrícola nacional registou aumento, no caso concreto do chá, apesar das oscilações instantâneas, viria a ter os seus maiores volumes de produção e produtividade no ano de 1982, atingindo o seu ponto mais alto na história do chá em Moçambique, ao somar 22.3<sup>72</sup> toneladas ultrapassando os índices de 1972 com 18.350 toneladas do produto acabado.<sup>73</sup>

Vários factores contribuíram para o desenvolvimento do chá neste período. Se por um lado a euforia popular nos primeiros anos da independência contribuiu para uma aderência cada vez maior ao trabalho e, assim, uma maior produção e produtividade, por outro, volvidos alguns anos, o sector do chá ressentia-se da falta de mão-de-obra principalmente no período do pico da colheita da folha verde (sobre o assunto veja no ponto III.6). Esta falta, contribuía para uma pressão cada vez maior sobre a força de trabalho disponível, pois obrigava-se colher 45 quilogramas por dia levando que a colheita fosse pouco cuidada<sup>74</sup>.

Outras dificuldades de ordem material eram encaradas pelo sector do chá neste período, como a falta de cestos de colheita, o que obrigava para uma compressão da folha verde e provocava assim a deterioração da folha e a sua fermentação precoce. Esta situação era agravada pela falta de transporte dos campos para as fábricas o que levava à demora no processamento. Ao nível das fábricas, registava-se a fraca capacidade de murchamento da folha verde. Estes factores todos contam para a qualidade do produto final, contribuindo assim para a baixa cotação no mercado internacional<sup>75</sup>.

Terminada a parte da produção, um outro constrangimento surgia, a falta de material de embalagem e de transporte para a evacuação do produto final para o mercado. Exemplo, das 17.617 toneladas de chá produzidas pela Emochá na campanha de 1980/81, 6.925 toneladas (39%), ficaram a granel nas fábricas. Das 10.444 toneladas embaladas, 7.653

<sup>72</sup> *Informação Estatística, 1975-1984*, Maputo, Direcção Nacional de Estatística, 1985, p.57

<sup>73</sup> *Balanço das Actividades de 1988 e Janeiro a Maio de 1989*, Empresa Moçambicana de Chá E.E.; Maputo, aos 24 de Agosto de 1989

<sup>74</sup> Muitas vezes na colheita aparecia folha grossa prejudicando a qualidade do chá final. Para um chá de maior qualidade devem ser colhidas as folhas mais tenras

<sup>75</sup> CEA/UEM, *O papel dinamizador da Emochá na transformação socialista da Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "B"*, 1982, Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982, p.27 e 28

tinham sido evacuadas para os portos e só 1.360 toneladas (8%) tinham sido exportadas no fim da campanha<sup>76</sup>.

Importa referir que até 1983, as machambas estatais beneficiaram de grandes investimentos. É neste contexto, que a Emochá, para a reabilitação de algumas unidades fabris, recebeu créditos do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e do Orçamento Geral do Estado (OGE). A operação foi executada a partir de 1980 através do Banco Popular de Desenvolvimento (BPD) que administrava e coordenava os pedidos de desembolso, por acordo entre o Governo, o Banco de Moçambique e o BAD. Este projecto foi executado com sucesso até 1981.<sup>77</sup>

Uma segunda fase incluía a reabilitação de 22 fábricas e a construção de mais três novas, aumento da frota de transporte, treino do pessoal, montagem de uma oficina industrial entre outras beneficiações. Essa foi financiada pelo BAD e a OPEC.<sup>78</sup> Devido à interferência da guerra, foram reabilitadas apenas 8 fábricas a UP2, UP3, UP4, UP6, UP8, UP9, UP10 e UP12, todas situadas em Gurué que passaram a melhorar substancialmente a qualidade do produto. Também, foram adquiridas com os mesmos investimentos, máquinas manuais de colheita, que não tiveram sucessos na sua aplicação, por não se adequarem ao tipo das plantações.<sup>79</sup>

Todos estes investimentos tinham em vista a reabilitação e ampliação da capacidade das fábricas para dar vazão as grandes quantidades de folha-verde colhida dos campos, que muitas vezes, por falta de capacidade das fábricas estragava-se e, por vezes, ardia em armazéns, causando graves prejuízos. A folha verde estragada era aplicada como estrume nos campos de chá.<sup>80</sup>

---

<sup>76</sup> CEA/UEM, *O papel dinamizador da Emochá na transformação socialista da Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "B", 1982*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982

<sup>77</sup> Entrevista com José Jeremias Langa, ex-Director da Emochá E.E., Filial de Socone e depois Chefe do Departamento de Dados e Informação na Direcção Geral da Emochá E.E. Maputo, 11.08.2005

<sup>78</sup> Entrevista com José Jeremias Langa, ex-Director da Emochá E.E., Filial de Socone e depois Chefe do Departamento de Dados e Informação na Direcção Geral da Emochá E.E. Maputo, 11.08.2005

<sup>79</sup> *Relatório da Emochá, E.E.*, Maputo, aos 24 de Agosto de 1989, p.5

<sup>80</sup> *Balanço das Actividades de 1988 e Janeiro a Maio de 1989, Empresa Moçambicana de Chá E.E.*; Maputo, aos 24 de Agosto de 1989

A partir de 1981, a Emochá recebeu sob forma de alimentos cerca de 22.5 milhões de dólares do Programa Mundial de Alimentação (PMA). Este valor para além de atender a questão de alimentação, foi aplicado também nos projectos de reflorestamento, suínicultura e noutras questões sociais, detalhados no ponto III.5 deste trabalho.<sup>81</sup>

Os fundos disponibilizados pelo Estado eram mais para atender os salários dos trabalhadores, a manutenção dos campos e subsidiar as campanhas em transporte.<sup>82</sup>

Os rendimentos, resultantes das exportações, eram controlados pelo governo central, pois estes serviam para equilibrar a balança de pagamentos do país. Apenas os resultados da venda interna eram controlados pela empresa, e, estes, serviam para fazer face a despesas de diversos sectores da empresa, incluindo a manutenção dos campos e das forças milicianas.<sup>83</sup>

## II.9. O impacto da guerra de 1982 a 1987

A partir da época 1982/83 surge um novo factor, aquele que julgamos ter sido o mais contundente para o desenvolvimento do chá. Em 1982, a Renamo<sup>84</sup> entra e instala-se na Província da Zambézia, onde intensifica as suas acções de guerrilha. A partir de 1983 os efeitos da guerra já se reflectiam na economia da província e na vida das pessoas no seu conjunto.<sup>85</sup> Vários projectos foram interrompidos devido ao recrudescimento da guerra na Zambézia. A produção do chá caiu bruscamente para menos de metade dos índices do ano anterior, tal como se pode ver no quadro IV e gráfico C.

<sup>81</sup> *Relatório da Emochá, E.E.*, Maputo, aos 24 de Agosto de 1989, p.5

<sup>82</sup> Entrevista com José Jeremias Langa, ex-Director da Emochá E.E., Filial de Socone e depois Chefe do Departamento de Dados e Informação na Direcção Geral da Emochá E.E. Maputo, 11.08.2005

<sup>83</sup> Entrevista com José Jeremias Langa, ex-Director da Emochá E.E., Filial de Socone e depois Chefe do Departamento de Dados e Informação na Direcção Geral da Emochá E.E., Maputo, 11.08.2005

<sup>84</sup> RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique, que desenvolveu uma guerra armada contra o governo da FRELIMO)

<sup>85</sup> Pereira, F., *Particularidade da dinâmica do conflito armado do distrito de Alto-Molócue, 1982-1992: violência armada e guerra mágica*, "Dissertação para a obtenção do grau de Licenciatura em História Faculdade de Letras/Universidade Eduardo Mondlane". Maputo, 1999, p.7

Até 1986, a Província ficou arrasada, começando pelas vias de comunicação terrestre que interligam os distritos dentro da Província, impedindo, deste modo, o transporte da mão-de-obra das zonas de origem para as zonas das plantações, destruindo armazéns e estabelecimentos comerciais, quebrando totalmente o processo de comercialização da produção camponesa na região da Alta-Zambézia, unidades de produção paralisadas, como aconteceu com as fábricas de processamento, de chá em Tacuane, em 1982, Milange em 1983, Socone em 1986 e em Gurue, em 1986, as Unidades de Produção 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 em dias seguidos. E ainda, todos os carros que iam para os distritos eram emboscados e assaltados. Nestas condições, a produção do chá caiu drasticamente, atingindo em 1987 a sua pior situação com cerca de 348.942 quilogramas<sup>86</sup> desde que esta indústria começou a evoluir com maior significância na década 40. Foram destruídos também, escolas e postos de saúde, igrejas, aldeias comunais, inviabilizados projectos económicos em emergência. As pessoas perderam os seus meios de sustento e foram forçosamente deslocadas das suas zonas de origem.<sup>87</sup>

À título de exemplo, no processo da actividade produtiva e de escoamento de chá, da Alta-Zambézia para os portos de Quelimane ou de Nacala, a Emochá perdeu de 1982 até 1987, cerca de 65 camiões pesados, 4 jeeps e 32 tractores, debilitando definitivamente a empresa.<sup>88</sup> Na sequência da insegurança e de falta de meios terrestres, a empresa recorreu a meios aéreos para escoar a sua produção. Usando o AN 12 da Força Aérea de Moçambique, não só estava em causa a capacidade no que respeita às quantidades transportadas como também tornava muito oneroso para a empresa.

A guerra, não só bloqueava as vias de comunicação, como também criava pressão sobre as plantações, pois, a concentração de muitos camponeses na zona do chá à busca de

---

<sup>86</sup> *Balanço das Actividades de 1988 e Janeiro a Maio de 1989, Empresa Moçambicana de Chá E.E.*; Maputo, aos 24 de Agosto de 1989

<sup>87</sup> Elias, António, A herança da guerra. In: *Revista Tempo* n°996. p.16-23, Maputo, 12 de Novembro de 1989, p.17

<sup>88</sup> *Balanço das Actividades de 1988 e Janeiro a Maio de 1989, Empresa Moçambicana de Chá E.E.*; Maputo, aos 24 de Agosto de 1989

maior segurança, criava pressão sobre as plantações. Esses camponeses passaram a ocupar uma parte das parcelas para produzir culturas para a sua subsistência<sup>89</sup>.

Em 1987, Moçambique conseguiu entrar em acordo com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) para estes organismos financiarem programas de reabilitação económica. A Emochá não beneficiou destes investimentos, pois que, segundo José Jeremias Langa<sup>90</sup>, estas instituições estavam mais viradas para o sector privado. Sem bem que a Emochá não tivesse beneficiado dos financiamentos do Banco Mundial nem do Fundo Monetário Internacional, continuou a subsistir, beneficiando de um ligeiro abrandamento da Guerra na Zambézia, graças às campanhas militares levadas a cabo pelas Forças Armadas de Moçambique/FPLM. Com este abrandamento, a Emochá tentou evacuar a sua produção dos anos anteriores, acumulada em armazéns. Ao nível dos campos a produção do chá registou ligeiras subidas.

## II.10. Resumo

Ao longo do capítulo falou-se da origem do chá na China. Este foi introduzido em Moçambique na região de Milange em 1914 e na década 30-40 expandiu-se para outras regiões da Alta-Zambézia onde teve maior desenvolvimento. Durante o período colonial a cultura foi desenvolvida num sistema de produção privada, enquanto no período pós-independência o Estado intervencionou não apenas pela importância económica da cultura, mas também para dinamizar a vida económica e social da região. Neste aspecto, para além de o sector disponibilizar postos de trabalho, manteve infraestruturas sociais e apoiou em técnicas de produção para uma maior rentabilização da produção camponesa. A produção do chá, a partir dos princípios da década 80, foi negativamente influenciada pela falta de colocação à disposição da empresa de factores essenciais do processo produtivo e de exportação. Finalmente, a guerra até finais da década colocou esta cultura nos níveis mais baixos da sua história em Moçambique.

---

<sup>89</sup> Entrevista com Júlio Pedro Vicente Namarrói, Director-Geral e Proprietário do Chá Namae Lda, Organizações Namarrói, Av.FPLM nº1086, Maputo, 13.09.2005

<sup>90</sup> Entrevista com José Jeremias Langa, ex-Director da Emochá E.E., Filial de Socone e depois Chefe do Departamento de Dados e Informação na Direcção Geral da Emochá E.E. Maputo, 11.08.2005

## CAPÍTULO III

### O IMPACTO SOCIAL DO CHÁ

#### III.1. Introdução

O presente capítulo vai reflectir aquilo que, no geral, é a família da região da Alta-Zambézia, espaço territorial onde a indústria do chá fazia o recrutamento da sua mão-de-obra e o seu impacto na vida social das famílias, no período em estudo

No período colonial, eram os homens jovens que iam às plantações cumprir contratos obrigatórios de 6 meses, enquanto os idosos e as mulheres ficavam a cuidar da economia doméstica (agricultura, alimentação, artesanato, de crianças e outros dependentes). Depois da independência o recrutamento passou a ser de carácter voluntário, através de alistamento nos Grupos Dinamizadores das zonas de recrutamento.

No processo de socialização do campo, a Emochá, na qualidade de maior empreendimento da região, recebeu o papel dinamizador da economia da Alta-Zambézia. Na sequência disso, era obrigação da Emochá envolver-se no apoio às aldeias, cooperativas e outros projectos económicos e sociais da região.

#### III.2. A família e redes sociais

A família rural é definida como sendo a mais pequena unidade de produção, consumo e de distribuição das sociedades rurais africanas<sup>91</sup>. Portanto, é esta família que na Alta-Zambézia constitui a unidade básica da economia, que compreende o marido, a mulher ou as mulheres, os filhos, tios e sobrinhos.<sup>92</sup>

<sup>91</sup> Negrão, José, *Cem anos de economia da família rural africana*. PROMÉDIA; Maputo, 2001, p.268

<sup>92</sup> Himua, Duarte António, *Transformações sócio-políticas e seu impacto sobre os ritos de iniciação da puberdade no distrito do Alto-Molócue, c.1975-2000: Fundamentos etno-linguísticos para uma história local*. "Trabalho de Diploma para a Obtenção do Grau Académico de Licenciatura em Ensino de História e Geografia. Universidade Pedagógica". Maputo, 2003, p.3; Geffray, C., *Nem pai nem mãe: crítica do parentesco - o caso macua*, Coleção Estudos Africanos, Editorial Caminho S.A. Lisboa, 2000

A família na Alta-Zambézia é de sucessão matrilinear. As populações pertencem ao sub-grupo etno-linguístico "Makhuwa-Lómwe", que habita no Alto-Molócue, Gurue, Ile, Lugela, Milange, Mocuba, Namacurra, Namarrói, Ribawe e Murrupula".<sup>93</sup>

De acordo com Himua<sup>94</sup>, nesta região, um indivíduo se integra plenamente na sociedade depois dos ritos de iniciação, cerimónias que permitem a este indivíduo participar em actividades reservadas aos adultos (enterro dos mortos, actividades guerreiras, casar, convívios, reuniões). As mulheres ficam prontas para serem mães, esposas, etc., podendo assim, constituir uma família.

Existe ainda famílias nucleares, ligadas por laços de parentesco matrilinear e constituídos em família alargada. Os recém-casados continuam temporariamente ligados aos pais da mulher através de laços sociais e materiais, como o cultivo em comum de machambas. Só, com o tempo, a nova família vai ganhando autonomia, passando o marido a administrar, ele próprio, o seu rendimento agrícola e salarial.

Neste agrupamento de vizinhança, composto geralmente por pessoas da mesma família<sup>95</sup>, cada agregado particular cultivava as suas próprias machambas. Por vezes, a mulher e o homem ou ainda os filhos crescidos têm machambas separadas. Porém, praticam cooperação e inter-ajuda através de trabalho rotativo na machamba de cada um. Segundo Cross<sup>96</sup>, as mulheres desempenham um papel proeminente na vida económica da família, pois controlam o rendimento familiar e transmitem o direito de herdar as propriedades deixadas pelos pais.

---

<sup>93</sup> Himua, Duarte António, *Transformações sócio-políticas e seu impacto sobre os ritos de iniciação da puberdade no distrito do Alto-Molócue, c.1975-2000: Fundamentos etno-linguísticos para uma história local*, "Trabalho de Diploma para a Obtenção do Grau Académico de Licenciatura em Ensino de História e Geografia, Universidade Pedagógica", Maputo, 2003, p.18

<sup>94</sup> Himua, Duarte António, *Transformações sócio-políticas e seu impacto sobre os ritos de iniciação da puberdade no distrito do Alto-Molócue, c.1975-2000: Fundamentos etno-linguísticos para uma história local*, "Trabalho de Diploma para a Obtenção do Grau Académico de Licenciatura em Ensino de História e Geografia, Universidade Pedagógica", Maputo, 2003, p.1

<sup>95</sup> Velhos, filhas casadas com os respectivos genros e os filhos menores

<sup>96</sup> Cross, Michel, O capitalismo colonial e a força de trabalho: a economia plóitica nas plantações de chá no Norte de Moçambique, 1930-1975. In: *Revista Internacional de Estudos Africanos 16/17*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, 1994, p.148

A maior parte das operações agrícolas são feitas conjuntamente pelo homem e pela mulher, contudo, existe uma divisão sexual de trabalho, sendo o derrube de novos terrenos, feito por homens enquanto as mulheres têm a obrigação exclusiva de fazer a colheita e trabalhos domésticos.<sup>97</sup>

Para maximizar os seus rendimentos agrícolas, as famílias praticam *namurri*, uma forma de cooperação entre pequenos grupos de famílias vizinhas, geralmente parentes em que todos os 'sócios', em conjunto, trabalham rotativamente, em dias seguidos, na machamba individual de cada um, sem nenhuma forma de retribuição. Existem também outras formas, por exemplo o emprego de mão-de-obra não familiar, como é caso de *otheka*, praticado em Namarroi, *mukumi*, em Alto-Molocue, *namurri* e *omore* em Gurue. A participação tem um carácter de obrigação mútua.<sup>98</sup> Este sistema de cooperação apresenta desvantagens, pois que, só beneficia àqueles que dispõem de excedentes alimentares (mapira, farinha, carne) ou de dinheiro para poder comprar produtos para oferecer no fim da jornada. Mais ainda, o *ganho-ganho*, trabalho assalariado casual praticado por camponeses duma mesma zona.<sup>99</sup> Geralmente os beneficiários deste sistema são trabalhadores das plantações e de outros sectores, particularmente trabalhadores permanentes do chá, operários noutros sectores, funcionários públicos, com vencimentos relativamente elevados, que costumam utilizar o *ganho-ganho* nas suas machambas.<sup>100</sup> De um modo geral, vai ao *ganho-ganho* quem não consegue emprego no chá, maior parte são adolescentes e velhos.<sup>101</sup>

<sup>97</sup> CEA/UEM, *Plantações de Chá e a economia camponesa: informação básica para o plano director da zona Gurue-Socone Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "A"*, 1982, Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982, p.25

<sup>98</sup> Se alguém chegou a trabalhar daí deve ir quando este organizar uma jornada na sua machamba

<sup>99</sup> Este sistema consiste num acordo verbal entre o dono da machamba que estabelece a tarefa e a remuneração correspondente, dinheiro ou géneros (sal, produtos alimentares, cadernos escolares, etc.) e o trabalhador "assalariado".

<sup>100</sup> CEA/UEM, *Plantações de Chá e a economia camponesa: informação básica para o plano director da zona Gurue-Socone Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "A"*, 1982, Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982, p.26

<sup>101</sup> CEA/UEM, *Plantações de Chá e a economia camponesa: informação básica para o plano director da zona Gurue-Socone Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "A"*, 1982, Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982, p.32

É à partir de Outubro que aumenta a necessidade de mão-de-obra nas plantações de chá, para a colheita da folha verde, e, para o operário-camponês, com uma certa base de produção familiar, surge um conflito neste período, que se arrasta até Março, entre dar prioridade à machamba alimentar, na sua terra, ou ir para o trabalho assalariado no chá. Portanto, é precisamente nestes meses que as diferentes formas de emprego de força de trabalho não familiar, na agricultura camponesa, tem maior incidência, pois que com o recurso ao *ganho-ganho* permite produzir comida para as famílias empregadas no chá ou melhor, permite dar uma solução individual ao problema da coincidência dos picos dos trabalhos do chá e na produção familiar na Alta-Zambézia. A produção industrial do chá na Alta-Zambézia e com maior destaque para as zonas de implantação directa como é o caso do Gurué levou a uma proletarização da população. Nestas zonas, uma boa parte dos homens, chefes de família trabalharam na indústria do chá até aos 50/60 anos de idade, enquanto que distritos como Namarrói, pelo contrário, são, principalmente, os jovens que alimentam os fluxos de trabalho migratório e sazonal, substituindo os pais, tios e sogros que voltam a dedicar-se à produção familiar.<sup>102</sup>

Deste modo, para muitas famílias operárias e camponesas concentradas à volta das plantações de chá, na zona de Gurue, o salário passou a ser a base de sobrevivência familiar. O próprio chefe de família, como alguns dos dependentes, trabalhavam nas unidades de produção do chá e muitos como trabalhadores permanentes no campo, nas fábricas e serviços em posições de chefia. Estes auferiam um salário relativamente alto. A machamba familiar apenas produzia para satisfazer pequenas necessidades alimentares da família.

Noutras zonas, como em Namarrói, o salário das plantações era uma componente necessária de rendimento familiar e a sua principal componente monetária. Para estas, a base de subsistência familiar centrava-se na comida produzida na sua machamba e a venda de pequenos excedentes proporcionava algum dinheiro suplementar aos camponeses. O nível de rendimento monetário era geralmente mais baixo do que na zona

---

<sup>102</sup> CEA/UEM, *Plantações de Chá e a economia camponesa: informação básica para o plano director da zona Gurue-Socone Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "A", 1982*, Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982, p.34

de implantação do chá. Mas em zonas de grande produção agrícola, como Nauéla, o salário no chá aparece como secundário em relação à produção comercial de culturas alimentares.<sup>103</sup>

Desde a implantação do chá na região da Alta-Zambézia, esta cultura passou a influenciar profundamente as actividades produtivas dos camponeses, pois estes, passaram a disponibilizar uma parte considerável da força de trabalho activa para as plantações, deixando mulheres, crianças e velhos para a produção doméstica.

### III.3. A economia pré-colonial e doméstica

No período pré-colonial, a economia da região era baseada essencialmente na agricultura de subsistência, na caça e a recollecção, artesanato (fabrico de ferro, utensílios, etc). Essa face do sistema económico englobava ainda a olaria das mulheres, a cestaria que em parceria com a produção do ferro, alimentavam a rede de comércio, que era manifestada por troca de bens de consumo e de serviços.<sup>104</sup>

No que respeita à agricultura familiar, as principais culturas de consumo produzidas na região, são a mandioca introduzida nos séculos XVIII-XIX em substituição do inhame, o milho que substituiu o sorgo e a mapira, feijão (nhemba, buere e jugo). Estas culturas constituem a base de alimentação e dominam a força de trabalho e ocupam áreas maiores de cultivo. Outras culturas alimentares cuja importância varia regional e localmente, são o arroz e tubérculos (batata doce, makutxi, inhame e batata reno), amendóim, gergelim e várias hortícolas. A graus diversos, os camponeses comercializam excedentes de mandioca seca, cereais e leguminosas. Em certas zonas, o milho e o feijão manteiga são produzidas essencialmente como culturas comerciais, para o mercado, noutras zonas, é o

---

<sup>103</sup> CEA/UEM, *Plantações de Chá e a economia camponesa: informação básica para o plano director da zona Gurue-Socone Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "A"*, 1982, Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982, p.35

<sup>104</sup> Artur, Domingos Rosário e Xavier, Estevão, *Cidade do Gurue: Heranças e Continuidades*, Publicação do Núcleo de Investigação Cultural – Gurue. Maputo, 2003, p.29

algodão e, em menor escala, a castanha de cajú que constituem principais culturas de rendimento.<sup>105</sup>

Quase todas as famílias operário/camponesas da Alta Zambézia produzem culturas alimentares para o seu auto-consumo, com a excepção dos camponeses mais proletarizados, concentrados à volta das plantações. Os camponeses semi-proletarizados das zonas de reserva de mão-de-obra, são igualmente auto suficiente em comida básica: tubérculos, cereais, feijões e hortaliças. Mas para outras necessidades básicas, estes dependem do mercado, principalmente, para a aquisição de instrumentos de produção, utensílios domésticos, panos e vestuários, comida adicional (sal, açúcar, óleo, peixe seco), assim como mantas, candeeiros, petróleo, bicicletas, rádios, material de construção e outros.<sup>106</sup>

Os camponeses da região produzem para a comercialização artigos artesanais, fazem a prestação de serviços: a carpintaria, a produção de tijolos, construção de casas, fabrico de bebidas alcoólicas, alfaiataria e comércio de peixe seco, tabaco, etc. E, outra forma de aquisição de dinheiro é a venda da força de trabalho no sistema de ganho-ganho, para além de se empregar no sector de chá, participando nos fluxos migratórios sazonais para as plantações, que fornecem maior número de postos de trabalho na região.<sup>107</sup>

#### **III.4. O recrutamento da mão-de-obra no período colonial**

A actividade de produção de chá exige muita mão-de-obra que se calcula em 1.8 trabalhadores permanentes por hectare. Em face da grande necessidade em mão de obra que a produção de chá exige, e em face da impossibilidade de recorrer para a sua

---

<sup>105</sup> CEA/UEM, *Plantações de Chá e a economia camponesa: informação básica para o plano director da zona Gurue-Socone Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "A", 1982*, Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982, p.27

<sup>106</sup> CEA/UEM, *Plantações de Chá e a economia camponesa: informação básica para o plano director da zona Gurue-Socone Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "A", 1982*, Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982, p.24

<sup>107</sup> CEA/UEM, *Plantações de Chá e a economia camponesa: informação básica para o plano director da zona Gurue-Socone Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "A", 1982*, Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982, p.24

satisfação às populações locais, têm as plantações de recorrer a mão-de-obra de outras regiões que periodicamente se desloca às zonas produtoras.

Segundo Ramos<sup>108</sup>, no período colonial as deslocações da mão-de-obra para as zonas produtoras acarretavam grandes encargos às plantações, quer pela baixa produtividade do trabalho quer pelos encargos de recrutamento e transporte. O trabalho migratório reflectia-se, também, negativamente no tecido social nas zonas donde a mão de obra era originária, pelo que, para uma maior rentabilidade económica, achava-se ideal a fixação de mão-de-obra e as respectivas famílias, na região do chá.

Porém, o recrutamento de mão de obra para as plantações no período colonial, enquadrava-se na legislação de trabalho de 1928, clarificada pelo Regulamento de Trabalho Indígena (RTI), que dentre várias regulações, definia às bases de trabalho forçado, que funcionava desde o início do tempo colonial, que impunha aos africanos (indígenas) 6 meses de trabalho por ano. Eram controlados através da “Caderneta indígena”, onde era registada toda a informação sobre os contratos de trabalho e pagamento de impostos.<sup>109</sup> Portanto, o regime em si pressupunha salários muito baixos em relação àquilo que era o rendimento real do trabalhador, deste modo, não parece que as empresas produtoras do chá entrassem em prejuízo derivado ao custo da mão de obra.

No período 1942-45, regista-se uma grave crise de mão de obra, devido à fraca satisfação económica e social que os camponeses sentiam ao empregarem-se nas plantações de chá. As plantações do chá e outras, ressentindo-se esta crise, enviaram uma queixa ao Governador Geral, Tristão Bettencourt, que por sua vez tomou medidas mais severas, que obrigavam a todos os homens de 18-55 anos a cumprir contratos não inferiores a 6 meses por ano de trabalho para o Estado ou para o sector privado ou produzindo alimentos ou colheitas destinados à exportação, dentro dos parâmetros estabelecidos pelas autoridades

---

<sup>108</sup> Ramos, Maria Rodrigo da Fonseca, *Alguns aspectos sócio-económicos da cultura do chá em Moçambique*, Dissertação Licenciatura – Instituto Superior de Ciências e Política Ultramarina, Lisboa, 1965, p.132/133

<sup>109</sup> Cross, Michel, O capitalismo colonial e a força de trabalho: a economia política nas plantações de chá no Norte de Moçambique, 1930-1975. In: *Revista Internacional de Estudos Africanos 16/17*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, 1994, p.136

coloniais. Estes últimos adquiriram assim o estatuto de machambeiros (pequenos agricultores negros) e, como tais, ficavam isentos de contratos de trabalho. A medida era reforçada com a obrigação dos africanos de se apresentarem “decentemente vestidos” e encorajamento de melhorarem os seus padrões de vida, de modo a elevarem a sua condição social, criando neles, desta maneira, novas necessidades que os induzissem a procurar emprego que lhes permitisse satisfazer tais necessidades. Na sequência desta medida, na Alta-Zambézia foi proibido o uso de nakotto<sup>110</sup> e introduzido uso da capulana, uma indumentária que se tornou comum entre as mulheres africanas. As Companhias passaram a usar estas roupas para atrair mais trabalhadores.<sup>111</sup>

Os trabalhadores contratados não recebiam o seu salário no local de trabalho, mas sim na sua zona de origem onde pagavam também o imposto. Mas durante o período de trabalho recebiam uma manta, comida, fardamento e equipamento de trabalho. Os trabalhadores que não tivessem cumprido os 180 dias (6 meses) de contrato eram presos e punidos com trabalho correcional.<sup>112</sup>

Como alternativa ao trabalho forçado, muitos trabalhadores preferiam tomar a “iniciativa” de se apresentarem voluntariamente para trabalharem nas plantações de chá. Estes eram classificados numa categoria diferente, “trabalhadores voluntários” e eram escolhidos para trabalhar nas fábricas, onde era necessária uma mão-de-obra mais estável. Geralmente estes trabalhadores voluntários eram da zona de implantação directa do chá e, como tal, recebiam os seus salários no local de trabalho e só iam à administração para poderem obter o visto, situação esta que gerava conflitos entre estes

---

<sup>110</sup> Uma vestimenta tradicional feita de casca de árvore

<sup>111</sup> Cross, Michel, O capitalismo colonial e a força de trabalho: a economia política nas plantações de chá no Norte de Moçambique, 1930-1975. In: *Revista Internacional de Estudos Africanos* 16/17. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, 1994, p.137/138

<sup>112</sup> Cross, Michel, O capitalismo colonial e a força de trabalho: a economia política nas plantações de chá no Norte de Moçambique, 1930-1975. In: *Revista Internacional de Estudos Africanos* 16/17. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, 1994, p.139

trabalhadores e os mwenes<sup>113</sup>, que viam o trabalho de recrutamento como fonte de riqueza, porque recebiam gratificações.<sup>114</sup>

Portanto, a intensificação do sistema de trabalho forçado conduziu posteriormente, a uma gradual erosão da produção agrícola tradicional e uma conseqüente integração do campesinato regional no sistema de plantações.

### III.5. O contributo da Emochá na comunidade

O projecto de socialização rural não estava apenas virada para a produção de divisas e o abastecimento interno, através de machambas estatais, como comportava também programas de ajudas à comunidade local integrada em aldeias comunais e em cooperativas. Pois, para o melhoramento de rendimentos materiais das famílias, os camponeses deviam-se organizar em cooperativas de produção, que deviam ser apoiadas e financiadas pelas machambas estatais.<sup>115</sup>

As Aldeias Comunais eram formadas através do agrupamento de famílias camponesas, dispersas em espaços mais restritos e localizados. Os camponeses beneficiariam, e com certa facilidade, de condições sociais essenciais como a educação, saúde e a água. Estas aldeias comunais seriam apoiadas pelas grandes machambas estatais como a Emochá, que, na sua criação recebeu o papel de dinamizar a economia da Alta-Zambézia.

Nesta perspectiva, a Emochá apoiou a comunidade integrada em cooperativas, no aspecto formativo disponibilizando os seus técnicos agrícolas, principalmente, na área de hortícolas na zona de implantação do chá. Não apoiou no entanto, em meios técnicos como tractores, nem em meios financeiros. Ainda nestes termos, a Emochá foi a principal compradora da produção camponesa (integrados em cooperativas e não só), para

<sup>113</sup> Mwene – o régulo principal de uma regedoria

<sup>114</sup> Cross, Michel, O capitalismo colonial e a força de trabalho: a economia política nas plantações de chá no Norte de Moçambique, 1930-1975. In: *Revista Internacional de Estudos Africanos* 16/17, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, 1994, p.139/140

<sup>115</sup> Abrahamsson, Hans e Nilsson, Anders, *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*, Padrigu/CEEI-ISRI, Maputo, 1994, p.38

alimentar a mão-de-obra nas plantações, e foi também o regulador de preços na região, pois comprava dos camponeses a preços oficiais do Estado. Neste processo, firmava contratos de compra com cooperativas distantes<sup>116</sup>.

Na comercialização, a Emochá comprava grande parte do milho e feijão comercializados pelos camponeses do Alto-Molocué, e amendoim de Namarrói. Grande parte da produção do complexo Agro-Pecuário de Lioma era para alimentar o chá. Neste processo, enquanto a Emochá, as empresas e cooperativas firmavam contratos entre si, os camponeses organizavam feiras para a venda dos seus produtos.<sup>117</sup>

A Emochá envolveu-se também na construção de escolas e postos de saúde e manutenção de outras herdadas do tempo colonial. A Emochá participou na construção de lares de estudantes através do envolvimento directo dos seus técnicos, trabalhadores e material de construção (troncos de eucalipto, pregos, etc.). Exemplo concreto é a reabilitação do Lar do Gurué. Neste apoio à comunidade, não se verificou a compra de material escolar para os alunos, como cadernos, esferográficas, etc.<sup>118</sup>

Fundos do Programa Mundial de Alimentação (PMA), eram utilizados para fornecer, aos trabalhadores, peixe em conserva (em vez de peixe seco), óleo da cozinha (em vez do amendoim) e farinha de milho. No âmbito deste programa, descontava-se parte do salário do trabalhador, mas havia a comparticipação da Emochá. O valor resultante destas duas contribuições, era depositado numa conta à parte, designada PMA (Programa Mundial de Alimentação). Estes fundos, para além de serem aplicados para a construção de escolas e postos de saúde, eram usados, também, na construção de acampamentos para trabalhadores e casas melhoradas para trabalhadores permanentes com cargos de chefia (chefe de Secções, Pelotões e Plantação). Por vezes, trabalhadores bem comportados

---

<sup>116</sup> CEA/UEM, *O papel dinamizador da Emochá na transformação socialista da Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "B"*, 1982, Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982, p.29 e 32

<sup>117</sup> Abrahamsson, Hans e Nilsson, Anders, *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*, Padriku/CEEI-ISRI, Maputo, 1994, p.38

<sup>118</sup> Entrevista com José Jeremias Langa, ex-Director da Emochá E.E., Filial de Socone e depois Chefe do Departamento de Dados e Informação na Direcção Geral da Emochá E.E., Maputo, 11.08.2005

independentemente da sua ocupação na empresa, também podiam ganhar casas pelo mérito. Mais tarde, essas casas, passavam a ser particulares.<sup>119</sup>

As lojas da Emochá, distribuídas pelas Plantações, vendiam produtos adquiridos pelas próprias lojas, quer dizer, não era a Emochá como empresa estatal que abastecia as lojas através dos produtos comprados aos camponeses. Na sua maioria, as lojas vendiam produtos industrializados como utensílios domésticos, vestuário, instrumentos de trabalho, peixe, sal, etc. Só uma pequena parte, constituído de produtos agrícolas era adquirida localmente. Geralmente, os produtos agrícolas tinham pouca adesão, uma vez que, quase todo o trabalhador produzia na sua própria machamba, ou então, os recebia da Emochá. Apenas o peixe é que tinha muita saída.<sup>120</sup>

Portanto, a Emochá apoiou à comunidade local através do seu envolvimento na construção de escolas, postos de saúde e casas de habitação, embora no âmbito mais restritivo, assessorou às cooperativas, para uma maior produtividade, na compra da produção camponesa, para além de oferecer emprego aos camponeses locais.

### III.6. O afluxo da mão-de-obra às plantações no período pós-independência

No geral, o período entre 1975 a 1981, foi caracterizado por uma evolução crescente da economia, e são dados como factores que determinaram essa evolução, segundo Abrahamsson e Nilsson<sup>121</sup>, ideia comungada por Langa<sup>122</sup>, a euforia trazida pela independência. Esta constituiu uma base fértil para a mobilização política da população feita pelo governo para o trabalho voluntário de modo a sair da situação da crise. Neste ritmo eufórico, a Emochá E.E. recrutava a mão-de-obra através do seu sector de recursos humanos em coordenação com as administrações locais. Por sua vez, as administrações

<sup>119</sup> Entrevista com José Jeremias Langa, ex-Director da Emochá E.E., Filial de Socone e depois Chefe do Departamento de Dados e Informação na Direcção Geral da Emochá E.E. Maputo, 11.08.2005

<sup>120</sup> Entrevista com José Jeremias Langa, ex-Director da Emochá E.E., Filial de Socone e depois Chefe do Departamento de Dados e Informação na Direcção Geral da Emochá E.E. Maputo, 11.08.2005

<sup>121</sup> Abrahamsson, Hans e Nilsson, Anders, *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*, Padrigu/CEEI-ISRI, Maputo, 1994, p.44

<sup>122</sup> Entrevista com José Jeremias Langa, ex-Director da Emochá E.E., Filial de Socone e depois Chefe do Departamento de Dados e Informação na Direcção Geral da Emochá E.E. Maputo, 11.08.2005

orientavam os Grupos Dinamizadores para o alistamento dos camponeses numa base voluntária. Feitos os alistamentos, informava-se à Emochá, e esta por sua vez, dentro das suas possibilidades, mandava camiões para transportar os trabalhadores para as plantações, sem nenhuma dedução no salário; isto é, o transporte estava a cargo da Emochá.

A mão-de-obra sazonal, herdada do período colonial, era vista como prejudicial seja para as plantações como para as regiões de origem dessa força de trabalho. Com vista a garantir aqueles que eram os objectivos do governo: estabilizar a mão-de-obra na Emocha sem prejudicar a produção camponesa, a Direcção Provincial de Trabalho da Zambézia, no contexto da economia planificada, estabeleceu quotas de recrutamento para cada distrito, recomendando, no entanto, que as atenções estivessem viradas para os jovens ainda sem lar constituído e sem machambas próprias, pois estes, acabariam se proletarizando e assim, fixariam as suas residências na zona de implantação do chá e mais tarde iriam buscar as suas esposas para junto deles. Estas mulheres, a semelhança das da região de implantação directa do chá, acabariam se integrando no sistema do chá em regime de ganho e, futuramente, os seus filhos também atingindo idade de trabalho, contribuiriam para a estabilização da força de trabalho no chá. Achava-se difícil estabelecer os mais velhos na zona das plantações, porque estes já tinham as suas bases familiares nas zonas de origem.<sup>123</sup>

Enquanto se tentavam implementar estes planos, o velho problema ainda persistia, o de coincidência da época do pico da colheita da folha verde com o da lavoura e sementeira na agricultura camponesa. Este problema de coincidência era agravado pela falta de garantia de transporte<sup>124</sup>, que caracterizou o sector do chá nos anos subsequentes a independência, para o regresso às suas zonas de origem, e por vezes, das zonas de origem para as plantações, como acontecia no período colonial. Mas devido a influência deste sector na vida dos camponeses da região por longos anos de trabalho, alguns iam a pé às

---

<sup>123</sup> CEA/UEM, *O papel dinamizador da Emochá na transformação socialista da Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "B"*, 1982, Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982, p.22 e 23

<sup>124</sup> Nem se quer havia transporte de passageiros entre os distritos da Alta Zambézia (CEA/UEM, Relatório "B" p.20)

Plantações, percorrendo enormes distâncias e, por força de falta de transporte, outros acabavam fixando residência junto das Plantações.<sup>125</sup>

Dentro do processo do recrutamento planificado, distinguiram-se três zonas. A Primeira era a zona de implantação directa do chá em Gurue, Tacuane, Socone e Milange. Esta, para além de fornecer trabalhadores para as fábricas, empregava quase todos os homens nas plantações e as mulheres num regime de ganho-ganho.

Uma segunda zona era a de Namarrói e Ile. Estes, tradicionalmente, eram maiores fornecedores de mão de obra. Esta zona, com fracas infraestruturas comerciais e de comunicação, herdadas do período colonial, tinha as plantações como a sua principal fonte de rendimento monetário, pois, mesmo produzindo era difícil colocar os seus excedentes no mercado.

E, uma terceira e última zona, cobria Alto-Molocué, Gilé e Pebane, rica na produção camponesa devido à qualidade do seu solo (produzindo culturas alimentares como o milho, feijões, e de rendimento como o algodão, castanha de cajú), com infraestruturas comerciais e de comunicação que permitiam aos camponeses rendimentos monetários sem dependerem muito das plantações. O recrutamento era reduzido não só pelos factores ora enunciados, como também porque havia influência de outras empresas estatais como a Agricom e Mecangro ou grandes projectos.<sup>126</sup>

O recrutamento não devia ocorrer em zonas em que as cooperativa agrícolas e aldeias comunais estavam implantadas, sob pena de prejudicar o desenvolvimento cooperativo que constituía a base de transformação socialista da agricultura camponesa.<sup>127</sup>

---

<sup>125</sup> CEA/UEM, *O papel dinamizador da Emochá na transformação socialista da Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "B", 1982*, Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982, p.20

<sup>126</sup> CEA/UEM, *O papel dinamizador da Emochá na transformação socialista da Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "B", 1982*, Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982, p.25 e 26

<sup>127</sup> CEA/UEM, *O papel dinamizador da Emochá na transformação socialista da Alta-Zambézia: projecto da Emochá, Relatório "B", 1982*, Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982, p.25 e 26

Esta forma de recrutamento, contrasta com o que era praticado no período colonial. Enquanto no período colonial era feito com ajuda dos régulos que recebiam como gratificação casas, dinheiro, mantas, vinho e bacalhau, a situação mudou depois da independência, com a marginalização dos régulos e a criação de uma nova elite política, os Membros dos Grupos Dinamizadores.<sup>128</sup> São esses Grupos Dinamizadores que ajudavam a Enochá a fazer o recrutamento. Esta situação criou descontentamento nos antigos régulos, que viram a sua posição na sociedade usurpada. Aliás, os régulos da região, desde o tempo colonial, sempre mostraram-se descontentes perante recrutamentos directos de mão-de-obra pelas plantações, de trabalhadores considerados voluntários que iam directamente às plantações e que eram colocados nas fábricas, pelos seus donos, por se considerarem mais estáveis. Este tipo de recrutamento criava conflitos entre estes trabalhadores voluntários e os régulos, pois que retirava-lhes as vantagens das gratificações.

Contrariamente ao que acontecia no período do Grémio dos Produtores do Chá, nos últimos anos do governo colonial, durante o período da Enochá não havia incentivos para os trabalhadores sazonais. Por isso, a maioria dos mobilizados na época 80/81 terá abandonado as plantações, devido a falsas promessas ou métodos administrativos incorrectos<sup>129</sup>. Porém, mesmo em condições difíceis de trabalho nas plantações<sup>130</sup>, havia aderência, uma vez que, segundo Langa<sup>131</sup>, no geral, não havia emprego na região senão no sector do chá, não só pelo número de postos de trabalho como também pela remuneração, como revela o Relatório do CEA<sup>132</sup>, segundo o qual até 1981, em Lugela, ganhava-se mais trabalhando no chá (62.50 Mt por jorna) do que em qualquer outra cultura de rendimento como no algodão onde se ganhava (25.00 Mt por jorna). Outra

<sup>128</sup> CABÁ, Sérgio, *A guerra na província da Zambézia e o papel do Malawi, 1975-1988*, "Dissertação para a obtenção do grau de Licenciatura em História, Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane", Maputo, 1997

<sup>129</sup> CEA/UEM, *O papel dinamizador da Enochá na transformação socialista da Alta-Zambézia: projecto da Enochá, Relatório "B", 1982*, Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982, p.23

<sup>130</sup> Falta de férias, descontos de salários injustificados, falta de capas de chuva e de botas, e roupa protectora no serviço de limpeza química, falta de facas e cestos para a colheita da folha verde, fome e má nutrição, condições de alojamento difíceis, etc. (CEA/UEM, Relatório "B" p.20 e 21)

<sup>131</sup> Entrevista com José Jeremias Langa, ex-Director da Enochá E.E.; Filial de Socone e depois Chefe do Departamento de Dados e Informação na Direcção Geral da Enochá E.E., Maputo, 11.08.2005

<sup>132</sup> CEA/UEM, *"Já não batem": a transformação da produção de algodão no distrito de Lugela*, Maputo, 1981. p.12

motivação para aderência era a ausência de abusos físicos e outros maus tratos e a mobilização política feita pelos Grupos Dinamizadores segundo a qual para desenvolver o País, os próprios moçambicanos é que tinham que trabalhar.<sup>133</sup> A subida de produção em 1981-1982 parece apoiar esta posição.

Depois da constituição da Emochá, E.E., os *salários* mantiveram-se, isto é, não houve nenhuma evolução particular na empresa, se não a evolução que foi acontecendo no País em geral. O pagamento era mensal e feito dentro da empresa. Porém, algumas vezes registava atrasos, como aliás, acontecia na maioria das empresas estatais na década 80/90. Apesar disso, os camponeses continuaram a seguir para as plantações motivados pelas facilidades que a empresa dava na aquisição de roupa usada, óleo alimentar e outros bens de uso.

Depois da independência, os camponeses continuaram a não dispensar as suas machambas familiares, pois mesmo neste período, o salário continuou a não compensar o tempo gasto nas plantações. Daí a razão de os camponeses continuarem a apostar nas suas machambas, como base da sua subsistência e o emprego nas plantações de chá como alternativa de rendimento adicional, para suprir outras necessidades como a saúde, educação, vestuário e outras.

---

<sup>133</sup> Entrevista com José Jeremias Langa, ex-Director da Emochá E.E., Filial de Socone e depois Chefe do Departamento de Dados e Informação na Direcção Geral da Emochá E.E., Maputo, 11.08.2005

#### IV. CONCLUSAO

Falar da agro-indústria em geral no período em referência é complexo, se tomarmos em conta que as políticas de socialização do campo estavam baseadas neste sector em que o sistema de plantações de chá faz parte integrante. Pelos objectivos que se pretendiam atingir, a partir dos complexos agro-industriais, portanto, a transformação socialista do campo, levou este sector a chamar para junto de si enormes desafios que muitas vezes faltava a capacidade de resposta.

Tomando em conta os objectivos do trabalho e de acordo com as hipóteses colocadas, podemos concluir o seguinte: a Enochá Empresa Estatal envolveu-se em projectos de beneficio social apoiando as cooperativas agrícolas, manutenção de infraestruturas como escolas, lares de estudante centros de saúde, estabelecimentos comerciais, meios de comunicação. Todo este conjunto de acções contribuiu para a melhoria das condições das populações razão pela qual continuavam a afluir nas zonas de implantação directa do chá com destaque para a zona do Gurué.

Se no período colonial o recrutamento era obrigatório, por contratos de 6 meses por ano, a partir de 1975, esse recrutamento passa a ser livre através de mobilização política feita pelos Grupos Dinamizadores e mediante contratos em período indeterminado. Numa primeira fase esta mobilização fora incrementada pela euforia da independência que leva uma aderência cada vez maior de moçambicanos nas várias esferas de produção, neste caso, na do chá. Mais tarde a aderência passou a ter outras motivações pois a Enochá criara um sistema de facilitação na aquisição de alguns bens de primeira necessidade como a alimentação, bens de uso doméstico e outros, num período caracterizado por forte crise comercial. Pois, se por lado existiram factores mobilizadores por outro, existiram alguns factores desmobilizadores, como a falta de transporte quer seja de passageiros quer seja da própria empresa para levar os trabalhadores das zonas de origem às zonas de implantação do chá e vice-versa.

Ao nível das plantações surgia outro problema, a fraca capacidade de resposta às necessidades materiais para o bom desempenho dos trabalhadores, ou seja verificavam-se faltas de capas, de botas, de cestos e de facas para o trabalho de colheita; a dieta alimentar e alojamento também eram vistos como deficientes; embora relativamente alto comparado com os de outros sectores, o salário também era visto como insuficiente, para os camponeses dependerem unicamente deste.

As dificuldades ora apontados juntavam-se a situação da queda do comércio na região, este factor foi de certa maneira forte que constitui motivo suficiente para os camponeses não empenharem o seu tempo total nas plantações, pois o dinheiro ganho não cobria as suas necessidades básicas.

Pelas dificuldades em mobilizar a mão de obra suficiente para a colheita da folha verde, pressionava-se a existente, o que levava a uma colheita menos cuidada, esta situação agravava-se pela falta de transporte da folha verde para as fábricas o que levava a fermentação desta e, assim, afetava a qualidade do produto e por conseguinte uma fraca cotação no mercado internacional. A fraca capacidade das fábricas de processamento foi um outro problema enfrentado pela Emochá. Para além da fraca capacidade das fábricas, havia falta de material de embalagem, transporte para os portos e até a própria exportação.

O conjunto de factores ora apontados, não impediram, apesar das oscilações, para uma tendência cada vez mais crescente da produção do chá no período pós-independência a ponto de no ano de 1982 atingir o máximo na sua história em Moçambique com 22.3 toneladas do chá processado.

A produção do chá, viria a ser profundamente afectada pela entrada e instalação da Guerra Civil dos 16 anos na Zambézia, a partir de 1982, levando a uma queda progressiva, tendo, em 1987, atingido os piores índices com 0.3 toneladas do chá processado. A guerra para além de impedir o movimento e segurança dos trabalhadores nas plantações, destruiu as fábricas, máquinas agrícolas, o seu parque automóvel e

acaretava elevados custos para a garantia de segurança e transporte aéreo para a evacuação do produto acabado. Factor este que provocou a degradação do tecido social.

## BIBLIOGRAFIA E FONTES

### Entrevistas

José Jeremias Langa, Maputo, 11.08.2005, ex-Director da Emochá E.E., Filial de Socone e depois Chefe do Departamento de Dados e Informação na Direcção Geral da Emochá E.E., Maputo

Júlio Pedro Vicente Namarrói, Maputo, 13.09.2005, Director Geral e Proprietário do Chá Namae Lda, Organizações Namarrói, Av.FPLM nº1086 r/c, Maputo

### Legislação e Relatórios oficiais

*Boletim da Republica: Publicação Oficial da República de Moçambique*

BR Nº117, Série I, de 7 de Outubro de 1976

BR Nº102, Série I, de 3 de Setembro de 1977

BR Nº55, Série I, de 9 de Maio de 1978

BR Nº16, Série I, de 21 de Abril de 1993

*Balanço das Actividades de 1988 e Janeiro a Maio de 1989*, Empresa Moçambicana de Chá E.E., Maputo, aos 24 de Agosto de 1989

Departamento de Observação/INAM, *Dados de 1941/70*, folha 138

*Diagnóstico do potencial de reestruturação da Emochá: Minuta do relatório final, Vol.1*, Relatório Principal, Maputo, Janeiro de 1995

*Diagnóstico do potencial de reestruturação da Emochá: Minuta do relatório final, vol.2*, Anexo 1, Situação jurídica, Maputo, Janeiro de 1995

*Diagnóstico do potencial de reestruturação da emochá: minuta do relatório final, vol.3*, Anexo 2, Condições naturais da região chazeira, Maputo, Janeiro de 1995

*Informação Estatística de 1975-1984, Maputo*: Direcção Nacional de Estatística, 1985.

*Informação Estatística de 1985, Maputo*: Direcção Nacional de Estatística, Maio de 1986.

*Informação Estatística de 1987, Maputo*: Direcção Nacional de Estatística, Agosto de 1986

*Informação CDE nº3/77, Ministério de Desenvolvimento e Planificação Económica, Promoção do Chá*, Centro de Documentação Económica, 30.08.1977

Martins, Margarida, *O chá no Mundo: relatório de estudo na Emochá, E.E.*, Maputo, 11 de Outubro de 1991

*Moçambique: Principal Legislação* – Promulgada pelo Governo de Transição, De 28 de Setembro de 1974 à 27 de Março de 1975. Imprensa Nacional de Moçambique, L. Marques, 1975

*Relatório da Emochá, E.E.*, Maputo, aos 24 de Agosto de 1989

### **Livros e artigos publicados**

Abrahamsson, Hans e Nilsson, Anders, *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*, Padriгу/CEEI-ISRI, Maputo, 1994

Artur, Domingos Rosário e Xavier, Estevão, *Cidade do Gurue: Heranças e Continuidades*, Publicação do Núcleo de Investigação Cultural – Gurue, Maputo, 2003

Casimiro, José de Figueredo, *Perspectiva da cultura do chá em Moçambique*, Lourenço Marques: Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 1960, Separata do Boletim do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, vol.1, nº2 (1960). P.170-171

Cross, Michael, O capitalismo colonial e a força de trabalho: a economia política nas plantações de chá no Norte de Moçambique, 1930-1975, In: *Revista Internacional de Estudos Africanos 16/17*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, 1994. P.131-154

Egerô, Bertil, *Moçambique: os primeiros dez anos da democracia*, Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1992

Grémio de Plantadores de chá do distrito da Zambézia, *Alguns elementos estatísticos referentes ao chá do distrito da Zambézia*: Moçambique/Grémio dos Plantadores do Chá do distrito da Zambézia, Quelimane: G.P.C.D.Z., 1968

Grémio de Plantadores de chá do distrito da Zambézia, *Elementos estatísticos referentes ao chá do distrito da Zambézia, 1968-1972*, Grémio dos Plantadores do Chá do distrito da Zambézia. Quelimane: Grémio, 1973

Geffray, Christian, *Nem pai nem mãe – crítica do parantesco: o caso macua*, Colecção Estudos Africanos, Editorial Caminho, S.A, Lisboa, 2000

Hedges, David e Rocha, Aurélio, O reforço do colonialismo, 1930-1937, In: Hedges, D. (Coord.), *História de Moçambique: Moçambique no Auge do colonialismo, 1930-1961*, Vol.2, Livraria Universitária, Maputo, 1999. P.35-82

Hedges, David e Rocha, Aurélio, A reestruturação da sociedade moçambicana, 1938-1944, In: Hedges, D. (Coord.), *História de Moçambique: Moçambique no Auge do colonialismo, 1930-1961*, Vol.2, Livraria Universitária, Maputo, 1999. P.83-127

Hedges, David e Rocha, Aurélio, Moçambique durante o apogeu do colonialismo português, 1945-1961: A economia e a estrutura social, In: Hedges, D. (Coord.), *História de Moçambique: Moçambique no Auge do colonialismo, 1930-1961*, Vol.2, Livraria Universitária, Maputo, 1999. P.129-196

Laurenciano, Gil, Zambézia: Malawi e bandidos de mãos dadas no saque, In: *Revista Tempo* n°843, p.18-19, Maputo, 7 de Dezembro de 1986

Elias, António, A herança da guerra, In: *Revista Tempo* n°996, p.16-23, Maputo, 12 de Novembro de 1989

Lacerda, Francisco Gavicho de, *A cultura do chá feito pelos portugueses na Zambézia*, Lisboa: Tip.Excelsior, 1948. 44 p.

Moçambique, Leis e decretos, etc., *Elementos estatísticos referentes ao chá do distrito da Zambézia (1968-1972)/Grémio dos Plantadores de Chá do distrito da Zambézia*, [s.l.]: Tip.Lusa, 1973

Moçambique, Leis e decretos, etc., *Elementos estatísticos referentes ao chá do distrito da Zambézia (1969-1973)/Grémio dos Plantadores de Chá do distrito da Zambézia*, [s.l.]: Tip.Lusa, 1974

Negrao, José, *Cem anos de economia da família rural africana*, PROMÉDIA, Maputo, 2001

Newitt, Malyn, *A History of Mozambique*, Hurst & Company, London, 1995

Rocha, Aurélio (et.al), A história de Moçambique, 1885-1930, In: Hedges, D. (Coord.). *História de Moçambique: Moçambique no Auge do colonialismo, 1930-1961*, Vol.2. Livraria Universitária, Maputo, 1999. P.1-34

#### **Teses, artigos e livros não publicados**

Alberto, Manuel Simões, *Os Negros de Moçambique: censo etnográfico*, Lourenço Marques, 1947

Cabá, Sérgio, *A guerra na província da Zambézia e o papel do Malawi, 1975-1988*, "Dissertação para a obtenção do grau de Licenciatura em História, Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo: Universidade Eduardo Mondlane", Maputo, 1997

Centro de Estudos Africanos/Universidade Eduardo Mondlane, *Comercialização Agrária: métodos de planificação - projecto de consulta*, Centros de Estudos Africanos, Maputo, 1982

- Centro de Estudos Africanos/Universidade Eduardo Mondlane, *"Já não batem": a transformação da produção algodoeira – projecto de estudo sobre a produção de algodão no distrito de Lugela*, Centros de Estudos Africanos, Maputo, 1981
- Centro de Estudos Africanos/Universidade Eduardo Mondlane. *As plantações de chá e economia camponesa: informação básica para o plano director na zona do Gurue-Socone Alta-Zambezia: projecto da Emochá, Relatório A 1982*, Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982.
- Centro de Estudos Africanos/Universidade Eduardo Mondlane, *O papel dinamizador da Emochá na transformação socialista da Alta-Zambezia: projecto da Emochá, Relatório B 1982*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1982.
- Chemane, Laila de Jesus, *Contribuição para a análise da segurança alimentar em Moamba (1983-1992)*, "Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane", Maputo, 2005
- Gaspar, Napoleão, *A evolução do sistema bancário em Moçambique, 1975-1992*, "Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane", Maputo, 2000
- Himua, Duarte António, *Transformações sócio-políticas e o seu impacto sobre os ritos de iniciação da puberdade no distrito do Alto-Molócue, c.1975-2000: fundamentos etno-históricos para uma história local*, "Trabalho de Diploma para a Obtenção do Grau Académico de Licenciatura em Ensino de História e Geografia", Maputo, Dezembro de 2003
- Pequenino, Fernando, *Estrutura social entre os lomués do Posto Administrativo de Mugeba, distrito de Mocuba, província da Zambézia, c.1900-1995 vol.I e II*, "Dissertação para a obtenção do grau de Licenciatura em História, Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo: Universidade Eduardo Mondlane", Maputo, 1995
- Pereira, F., *Particularidade da dinâmica do conflito armado do distrito de Alto-Molócue, 1982-1992: violência armada e guerra mágica*, "Dissertação para a obtenção do grau de Licenciatura em História. Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane", Maputo, 1999
- Ramos, Maria Rodrigo da Fonseca, *Alguns aspectos sócio-económicos da cultura do chá em Moçambique*, "Dissertação para a obtenção de grau de Licenciatura, apresentada ao abrigo do artigo 65º do decreto nº43957 de 9-10-1961 – Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina", Lisboa, 1965

**Quadro I: Principais culturas de exportação de Moçambique, 1945-1960**

Volume (toneladas, média anual)

Anos	Algodão	Açúcar	Copra	Caju	Sisal	Chá
1945-48	22.648	55.829	38.624	36.765	16.555	1.275
1949-52	22.687	61.636	41.554	50.803	17.894	2.663
1953-56	33.063	76.200	37.842	50.467	25.270	5.137
1957-60	36.752	120.016	42.066	70.488	30.842	7.206

**Quadro II: Principais culturas de exportações de Moçambique, 1945-1960**

Valores (contos, média anual)

Anos	Algodão	Açúcar	Copra	Caju	Sisal	Chá
1945-48	190.546	77.252	116.767	41.394	76.449	17.404
1949-52	313.342	105.121	185.843	91.836	171.605	52.910
1953-56	451.442	189.287	166.786	143.934	120.989	120.081
1957-60	562.068	305.240	191.871	213.374	148.821	148.696

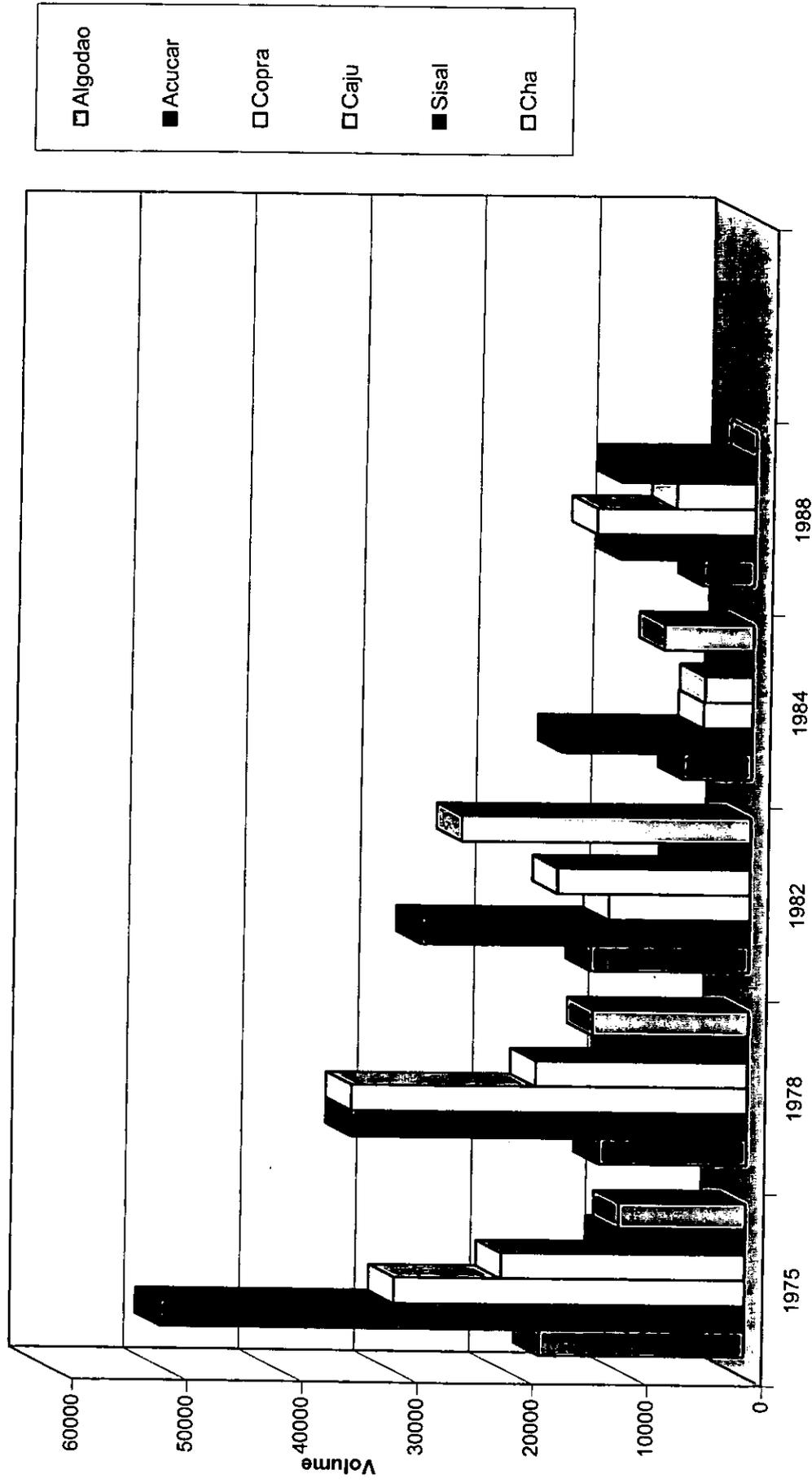
In: História de Moçambique vol.3, p.146 quadros 11 e 12

**Quadro III:** Áreas, volumes e mão de obra entre as regiões (distritos) produtores do chá até 1965

Região de cultivo	Área de cultivo (hectares)	Produção (toneladas)	Mão de obra
Gurué	9.475	5.586	17.055
Milange	1.919	1.219	3.454
Ile (Socone)	2.658	1.005	4.784
Lugela (Tacuane)	1.175	820	2.115
Totais	15.227	8.638	27.408

**Fonte:** Ramos, Maria Rodrigo da Fonseca, *Alguns aspectos sócio-económicos da cultura do chá em Moçambique*, "Dissertação para a obtenção de grau de Licenciatura, apresentada ao abrigo do artigo 65º do decreto nº43957 de 9-10-1961 – Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina", Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1965. p.96 e 100

**Grafico A: Volume de Principais Exportações Anos Seleccionados, 1975-1988 (Toneladas)**



Fonte: Informacao Estatistica, 1985.P.69 e Anuario Estatistico 1994.P.107

**Gráfico B: Valores (em contos) de Exportação Anos Seleccionados, 1975-1988**



Fonte: Informacao, 1985.P.69 e Anuario Estatistico, 1994.P.107.

Gráfico IV: VOLUMES - Produção de folha-verde

- Chá processado
- Chá exportado
- Consumo interno

N/O	Designação	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
1	Folha-verde	59,1	67,3	77,3	67,6	86	90,2	99,2	109,7	51,1	59,8	25	6,4	1,8	3,8
2	Chá processado	13	14,8	17	18	19	18,4	22,2	22,3	10,3	12,8	5,2	1,3	0,3	0,8
3	Chá exportado	11	12,7	12,3	13,5	23,3	30	16	25,1	13,3	7,7	s.d	s.d	s.d	0,01
4	Consumo interno	s.d	s.d	s.d	s.d	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,2	0,3	0,2

s.d= sem dados

\* = apenas dados do I semestre

N.B.: Por vezes as exportações são maiores que as produções, isto deve-se à acumulação em armazéns da produção dos anos anteriores.

Fontes: 1. Folha-verde - Informação estatística, 1985. P.36 e 39

- Informação estatística, 1987. P.32, 33 e 37

2. Chá processado - Informação estatística, 1975-1984. P.57 e 87

- Diagnóstico do Potencial de Restituição da Emochá: Minuta do Relatório Final Vol.1 P.33

- Balanço das actividades da Emochá de 1988, Maputo, 24 de Agosto de 1989

- Anuário estatístico, 1994. P.107

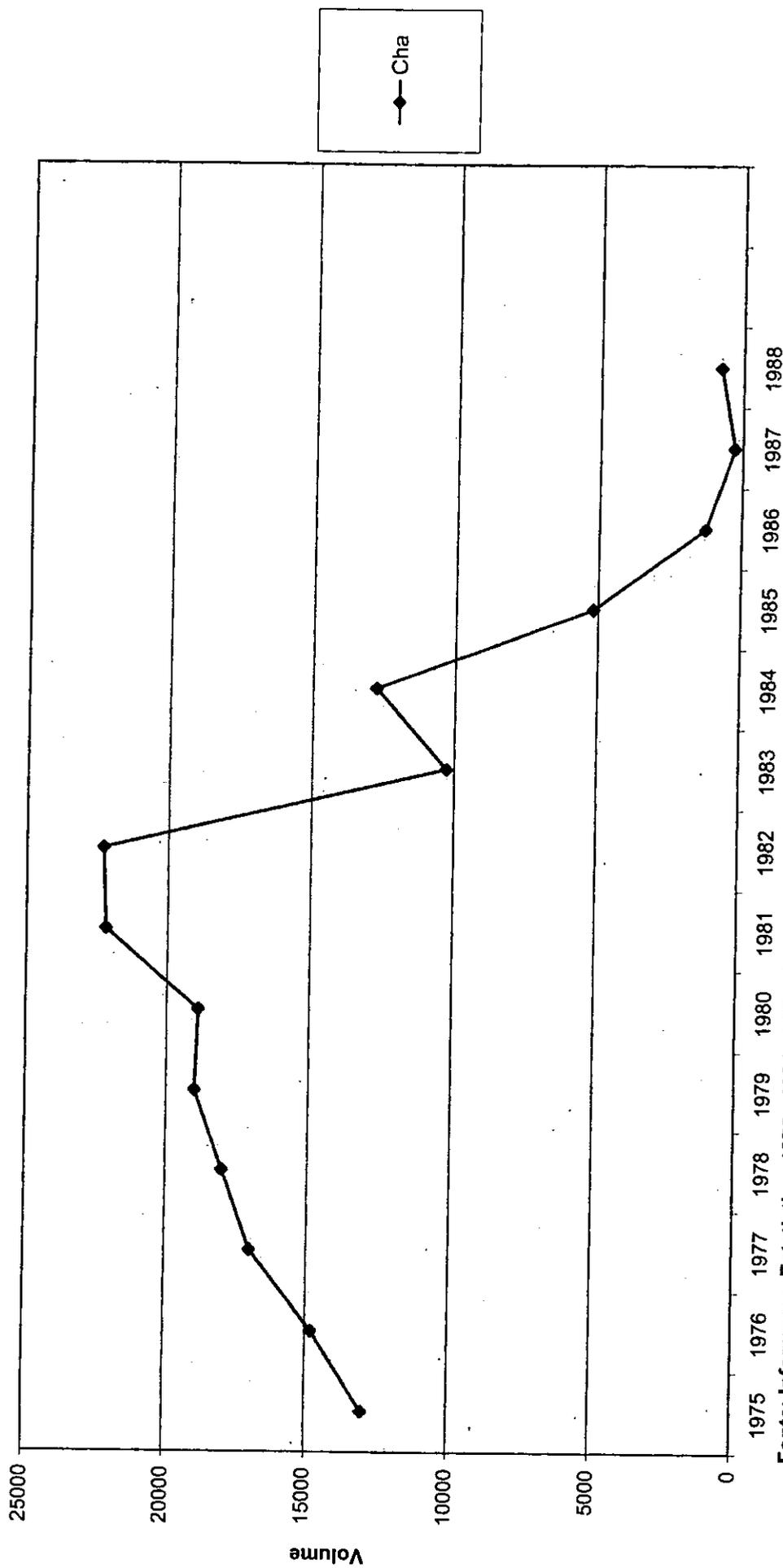
3. Chá exportado - Informação estatística, 1985. P.69

- Diagnóstico do Potencial de Restituição da Emochá: Minuta do Relatório Final Vol.1 P.33

4. Consumo interno - Diagnóstico do Potencial de Restituição da Emochá: Minuta do Relatório Final Vol.1 P.33

- Balanço das actividades da Emochá de 1988, Maputo, 24 de Agosto de 1989

Grafico C: Volume de Produção de Chá Processado, 1975-1988 (em toneladas)



Fonte: Informacao Estatistica, 1975 - 1984, P.57 e 87 Diagnostico de Restruturacao da EMOCHA: Minuta do Reallorio Final das Actividades da EMOCHA.